

## Quem disse ?

«A esquerda não deve continuar a brincar aos candidatos, tem um candidato natural, chama-se Jorge Sampaio»

**Manuel Alegre**  
Expresso, 1 de Julho

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1071 • 6 JULHO 2000 • SEMANAL • 100\$ - 0,5 €

# ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: [Accao.Socialista@partido-socialista.pt](mailto:Accao.Socialista@partido-socialista.pt)



## Pensões mínimas chegam a 40 contos

### Reforma da segurança social já aprovada

O Governo concretizou já a reforma da Segurança Social, que apenas será votada contra, hoje, pelo PSD e pelo CDS-PP. Esta atitude dos dois partidos prova que, no fundo, não querem que seja promovida qualquer mudança de fundo na sociedade portuguesa.

Mais surpreendente, como afirmou o presidente do grupo de trabalho para a reforma da Segurança Social, o deputado do PS Artur Penedos, foi a atitude do PSD, que participou no esforço de consenso da primeira até à última reunião em sede de comissão.

Num total de 119 artigos, o PSD apenas votou contra em três e viu algumas das suas propostas serem aceites no esforço de consenso feito.

Pela parte do CDS-PP houve desde o início uma atitude demagógica e populista. O partido de Paulo Portas, segundo as estimativas do Governo, apresentou propostas que eliminariam parte das receitas do sistema de Segurança Social, ao mesmo tempo em que lhe deixa um encargo suplementar de cerca de 600 milhões de contos.

Se estas ideias fossem levadas à prática, o sistema público de Segurança Social seria destruído a breve prazo.

Com a revisão da Lei de Bases da Segurança Social, o Governo garante a sustentabilidade do sistema público.

Por outro lado, em 2003, o valor da pensão mínima será de 40 contos, havendo assim aumentos sempre muito superiores à taxa de inflação. A nova lei também prevê a criação de uma contribuição de solidariedade para os sectores mais carenciados da população portuguesa.

Quanto à moção de censura apresentada pelo PP, o Governo entende-a mais como uma disputa no espaço político do centro-direita e como um ataque de Paulo Portas e Durão Barroso, do que como uma forma de contestação à nova Lei de Bases da Segurança Social.

António Guterres apresenta reformas e oposição sem Ideias

## Corrigir o que está mal Valorizar e potenciar o que está bem



António Guterres voltou a brilhar no debate sobre o estado da Nação, ocasião em que o PSD, uma vez mais, foi incapaz de apresentar uma única alternativa credível, enquanto o CDS-PP recorreu à tradicional linguagem populista e demagógica. Pelo contrário, o primeiro-ministro fez uma análise rigorosa da situação do País, não ignorando os novos desafios e dificuldades que se colocam ao País. No entanto, do princípio ao fim do debate, os socialistas foram os únicos que mostraram ter ideias para introduzir reformas nos capítulos da fiscalidade, da justiça, da segurança social, da saúde, da habitação e na política de segurança.

### Política

#### Reforma fiscal em vigor já no próximo ano Contribuintes cumpridores pagam menos



O Governo entregou na semana passada, na mesa da Assembleia da República, uma proposta de autorização legislativa para dar início a uma ampla reforma fiscal.

Já no próximo Orçamento de Estado, em 2001, serão promovidas alterações no Código de IRS, nos estatutos dos benefícios fiscais, dos tribunais administrativos e fiscais, e no Código de Procedimento de Processo Tributário.

### Sociedade & País

#### Terceiro aniversário do RMG Novo conceito de solidariedade



António Guterres garantiu, no dia 1, em Montalegre, que, com a beneficiação, nos últimos três anos, de 205 mil famílias portuguesas, o Rendimento Mínimo Garantido (RMG) introduziu um novo conceito de solidariedade.

O número de famílias abrangidas pelo RMG encontra-se agora reduzido a 150 mil, visto que cerca de 65 mil terem já deixado de necessitar deste apoio nos primeiros meses deste ano.



## O estado da Nação

O último dia da Presidência Portuguesa da União Europeia ficou marcado pelo debate do estado da Nação, com uma intervenção brilhante do primeiro-ministro, António Guterres na Assembleia da República.

Contrapondo a um discurso positivo, rigoroso e recheado de propostas e ideias de Guterres, o PSD apostou, mais uma vez, no velho discurso do bota-a-baixo e do quanto pior melhor. Durão Barroso com um discurso alarmista, não apresentou qualquer proposta digna desse nome, limitando-se a reproduzir um conjunto de banalidades sem qualquer suporte credível.

Guterres iniciou a sua intervenção por uma análise da situação económica do País tendo em consideração o impacto dos aumentos dos combustíveis e das taxas de juro. Justificando os aumentos com o facto da nossa economia ser «relativamente pequena e muito aberta, fortemente dependente da Europa, cujos ritmos de crescimento tiveram quebras relevantes», facto que provocou um «inevitável crescimento do défice de transacções correntes com o exterior». Para o primeiro-ministro, trata-se de um problema real, mas que «não justifica a onda de alarmismo» que o desnorte da oposição tem ampliado, «dando a entender que nos aproximamos de uma recessão ou que deveríamos sair do Euro».

A proposta apresentada pelo PSD de Portugal sair do Euro para restabelecer o equilíbrio das contas externas, demonstra uma enorme «irresponsabilidade» e a «mais completa incapacidade para governar o País».

Para Guterres, o «PSD oferece às famílias portuguesas, como alternativa à política do Governo, o reatar do círculo vicioso desvalorização/inflação, os salários reais em queda, as taxas de juro de pelo menos no dobro, isto sem falar no efeito devastador que uma atitude deste tipo teria nos investidores nacionais e estrangeiros».

Consciente da situação económica actual, o primeiro-ministro, propõe antes que se modere o crescimento da despesa pública e do consumo privado. «Apostemos em novos factores de competitividade para a economia, valorizemos as pessoas e modernizemos as infraestruturas, tornemos mais competitivo o nosso sistema fiscal, mais eficaz a nossa Administração Pública, apostemos decididamente em massificar o acesso às tecnologias de informação e à Internet», afirmou.

Para António Guterres «este é o caminho».



## PS DEFENDE NA AR AS NACIONALIZAÇÕES

«PS defende no Parlamento as nacionalizações de Abril» titulava o «AS» na primeira página da sua edição de 8 de Julho de 1982, com desenvolvimento nas págs. 8, 9 e 10.

De acordo com a sua declaração de princípios e o seu programa de esquerda, o PS batia-se no Parlamento contra a investida da AD contra o sector público da economia.

«Não é o sector público que impede a solução dos problemas económicos», afirmava o deputado socialista Almeida Santos, acrescentando: «A existência do sector público actual é condição básica de subordinação do poder económico ao poder político; entendemos que a existência de um forte sector público é não só uma atitude de fidelidade ao espírito e à vontade implícita no 25 de Abril, é, no fundo, uma homenagem ao 25 de Abril, que é um factor pacificante da economia portuguesa, a garantia de que não teremos de voltar a sujeitar-nos ao trauma de o poder político pertencer a meia dúzia de grupos privados, com o seu banco, a sua seguradora e o seu jornal.»

J. C. C. B.

8 de Julho

Quem disse?

«Não concebo como é que poderia o poder económico em Portugal estar subordinado ao poder político sem a existência de um forte sector público»

Almeida Santos



## Bibliotecas Pesquisa de documentos duplicou

Os portugueses acorrem com maior frequência às bibliotecas nacionais, onde as pesquisas de documentos registaram um aumento para mais do dobro de 1996 para 1998, revelam dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) divulgados no passado dia 30 de Junho.

O INE precisa que em 1998 as bibliotecas portuguesas – que sábado comemoraram o seu dia nacional – registaram 6,4 milhões de utilizadores, tendo sido consultados 13 milhões de documentos, uma média de 2,1 documentos por utente.

Integrados nas estatísticas da cultura, desporto e recreio de 1998, os números relativos às bibliotecas apontam para um crescimento ao nível da pesquisa de dados entre 1996 a 1998, passando de 96.208 para 221.552 pesquisas registadas.

De referir também que as bibliotecas do

ensino superior e escolas em geral foram responsáveis por 63 por cento do total das pesquisas registadas.

Nos dados avançados, verifica-se ainda que, em termos de peso relativo das várias categorias de bibliotecas, são as públicas que reflectem um maior dinamismo.

Apesar de representarem apenas 14 por cento do universo existente no País, as bibliotecas públicas receberam 59 por cento do total de utilizadores e facultaram 45 por cento do total dos documentos consultados.

Ao nível da informatização foram instalados em 1998 5.012 computadores, que beneficiaram 1.122 bibliotecas, correspondendo a um acréscimo de 81 por cento face aos 2.766 computadores existentes em 1996 no sector. Significa isto que em média cada biblioteca está equipada com 4,5 computadores.

## Guterres inaugura Maior mercado grossista de Portugal

O primeiro-ministro inaugurou segunda-feira, dia 3, em Loures, o Mercado Abastecedor da Região de Lisboa (MARL), que é o maior mercado grossista de Portugal e um dos maiores da Europa.

Envolvendo um investimento de 30 milhões de contos, a sua área de influência estende-se de Leiria a Sines, atingindo directa ou indirectamente 38 por cento da população, que detém cerca metade do poder de compra do País.

As estimativas apontam para que, em pleno funcionamento, registre cada ano 1,4 milhões de toneladas de produtos agro-alimentares vendidos e um volume de negócios de 280 milhões de contos, e cada dia ali circulem 14 mil viaturas e 30 mil pessoas.

O MARL – que deverá atrair mais de mil empresas – fica situado no lugar do Quintanilha, freguesia de São Julião do Tojal, concelho de Loures, ocupando 101

hectares, 61 dos quais são interencionados numa primeira fase.

Tem acessos à CRIL, CREL, auto-estrada do Norte, auto-estrada de Loures e Ponte Vasco da Gama, e vai dispor de uma estação de serviço, três bancos, uma estação dos correios, uma clínica para os primeiros socorros, stands de automóveis, 13 restaurantes, lavandaria, um hotel, seguros, serviços de informática, comunicações e contabilidade.

O mercado vai vender frutas, produtos hortícolas e plantas ornamentais, peixe, aves, leite e laticínios, vinhos, charcutaria, bacalhau, outros produtos alimentares, sementes e viaturas.

Estará aberto 24 horas, embora os operadores grossistas se sujeitem a um horário público de venda, de modo a permitir o desejável encontro entre a oferta e a procura.

## Porto 2001 Nova frente de obras na marginal do Parque da Cidade

A Porto 2001, SA iniciou sábado passado uma nova frente de obras na Avenida Marginal do Parque da Cidade, que vai obrigar a restrições de trânsito na rotunda do Castelo do Queijo.

Em comunicado, a sociedade promotora da Capital Europeia da Cultura refere que será proibido circular naquela rotunda entre a Avenida da Boavista e a actual via marginal do parque, passando o tráfego a efectuar-se nos dois sentidos na mesma área de circulação.

De acordo com o projecto do arquitecto catalão Solà Morales, vai ser construído na Praça Gonçalves Zarco (conhecida como rotunda do Castelo do Queijo) um parque de estacionamento subterrâneo, com capacidade para cerca de 280 veículos.

À superfície, o espaço manterá o domínio das formas circulares, sendo, contudo, alteradas as suas proporções, através da redução da zona viária e do alargamento dos passeios.

O círculo interior da praça irá dispor-se em sectores circulares distintos (pedra, relva, jardim e paralelepípedo) e a céu aberto terá uma rampa de acesso ao parque de estacionamento.

Desde o nível do parque de estacionamento, será aberto um túnel para acesso directo de peões às rochas e ao passeio a Sul do Castelo do Queijo.

As áreas de passeio da praça serão tratadas e arborizadas e será criado um «balcão panorâmico» sobre a nova praia e os seus equipamentos.

## CORRIGIR O QUE ESTÁ MAL VALORIZAR E POTENCIAR O QUE ESTÁ BEM

**António Guterres voltou a brilhar no debate sobre o estado da Nação, ocasião em que o PSD, uma vez mais, foi incapaz de apresentar uma única alternativa credível, enquanto o CDS-PP recorreu à tradicional linguagem populista e demagógica. Pelo contrário, o primeiro-ministro fez uma análise rigorosa da situação do País, não ignorando os novos desafios e dificuldades que se colocam ao País. No entanto, do princípio ao fim do debate, os socialistas foram os únicos que mostraram ter ideias para introduzir reformas nos capítulos da fiscalidade, da justiça, da segurança social, da saúde, da habitação e na política de segurança. O primeiro-ministro atacou duramente as correntes alarmistas e os tradicionais profetas da desgraça, lembrando a clara moderação do crescimento do consumo e o aumento significativo das exportações registado no primeiro trimestre do corrente ano.**

**D**urante o seu discurso no debate estado da Nação, António Guterres reconheceu que, neste momento, Portugal enfrenta dificuldades, «até pelos novos factores externos que lhe são desfavoráveis. Mas a situação do país não corresponde ao retrato caricatural anunciado pelos profetas da desgraça. Os portugueses têm muitas razões para se orgulharem de si próprios e do que têm conseguido e para terem confiança nas suas capacidades para vencer novos desafios. Têmos a lucidez para enfrentar e corrigir o que está mal, mas também para valorizar e potenciar o que está bem e pode ainda ser melhor», apelou António Guterres aos deputados de todos os partidos, que, «para as novas dificuldades» propõe novas soluções. «Se detectarmos erros de avaliação ou análise, dispomo-nos a corrigi-los sem teimosias, nem complexos. Mas também não permitimos que se tome a nuvem por Juno», advertiu.

De acordo com o primeiro-ministro, «não faz sentido apregoar um alarmismo que as novas circunstâncias não justificam. Faz, sim, sentido orientar a nossa estratégia para permitir uma aterragem suave da nossa economia numa Europa que parece querer entrar num ciclo de crescimento sustentado. Por isso, todos – Estado, empresas e sociedade –, temos de apostar agora mais claramente no crescimento das exportações e nos investimentos produtivos, para o que orientámos, em larga medida, o novo Quadro Comunitário de Apoio e, em particular, o Programa Operacional da



Economia», justificou o chefe do Governo. Pelos últimos dados, o primeiro trimestre do corrente ano aponta já nesta direcção, havendo uma clara moderação do crescimento do consumo, um aumento das exportações de 14,5 por cento face ao mesmo período de 1999, do investimento directo estrangeiro em 118 por cento e do crédito ao investimento empresarial em 31,5 por cento. Por outro lado, de Janeiro a Maio, adjudicaram-se obras públicas 38 por cento acima do valor de 1999.

### Propostas irresponsáveis do PSD

Mas António Guterres também se pronunciou sobre algumas das mais recentes posições assumidas, infelizmente, pelo maior partido da oposição. «Verdadeiramente irresponsável é defender a saída do euro para reequilibrar a economia portuguesa. Um partido que propõe essa medida manifesta a mais completa incapacidade para governar o país», denunciou o primeiro-ministro, para quem o PSD «oferece às famílias portuguesas, como alternativa política do Governo, o reatar do ciclo vicioso desvalorização-inflação, os salários reais em queda, as taxas de juro pelo menos no dobro, isto sem falar no efeito devastador que uma atitude deste tipo teria nos investidores nacionais e estrangeiros». No entanto, segundo António Guterres, é precisamente isto que o PSD quer. «Apostar no quanto pior melhor, provocar a instabilidade, meter medo para quebrar a confiança dos agentes económicos, para diminuir o crescimento e voltar a fazer subir o desemprego, que há 41 meses desce em

Portugal», acusou o chefe do Governo, que advertiu ainda que a situação actual «recomenda a prudência, não a irresponsabilidade».

«Moderemos o crescimento da despesa pública e do consumo privado, apostemos em novos factores de competitividade para a economia, valorizemos as pessoas e modernizemos as infra-estruturas, tornemos mais competitivo o nosso sistema fiscal, mais eficaz a nossa Administração Pública, apostemos decididamente em massificar o acesso às tecnologias de informação e à Internet», acrescentou.

Pela parte do Governo, sublinhou, «a pedra de toque continuará a ser a consciência social. Agora a forma de traduzir a consciência social em políticas concretas tem, em cada momento, de se adaptar às limitações exteriores da nossa economia, que não são controladas por nós». Por essa razão, «a consciência social teve, tem e terá sempre no emprego e nas estratégias promovidas para o desenvolver e valorizar, uma marca inquestionável da nossa acção governativa, ao nível nacional e ao nível europeu».

### As novas apostas do Governo

Para os próximos tempos, como sublinhou o primeiro-ministro, há áreas, como a Saúde e a Segurança Social, que irão merecer uma atenção redobrada: «A Saúde, cujo programa de acção mereceu uma referência detalhada na intervenção que fiz há um mês e meio; a Segurança Social que, além da reforma em curso, exige um esforço crescente de

solidariedade. Vamos continuar a corrigir gradualmente as graves insuficiências e injustiças herdadas, com a progressiva melhoria das pensões de reforma, com base em três critérios essenciais: diferenciação positiva a favor das pensões mais baixas; reforço da ligação entre o valor das pensões e a duração da carreira contributiva; e evolução da economia portuguesa», sustentou.

Ou seja, segundo António Guterres, a partir de agora, «a consciência social terá que se afirmar de uma forma ainda mais evidente que no passado ao nível da receita pública, pelo aprofundamento das medidas de reforma fiscal». No entanto, ao longo dos últimos anos, já se verificaram progressos significativos no combate à fraude e à evasão fiscal, com mais técnicos e inspectores, mais acções de fiscalização e através da multiplicação dos meios informáticos. Só em IRS e IRC já entraram para o sistema, desde 1995, 320 mil novos contribuintes, que até então nada pagavam. Porém, como frisou Guterres, tudo isto não basta. «A questão essencial a que temos, devemos e vamos dar resposta é obrigar a pagar impostos os que ainda não pagam, para que os que cumprem possam pagar menos, especialmente os trabalhadores por conta de outrem».

Já no debate com os líderes dos partidos de oposição, António Guterres considerou «trágica» a ausência de ideias por parte de Durão Barroso, lamentando que o PSD tenha o discurso do oásis sempre que está no Governo e do caos quando se encontra na oposição. «Mas a realidade do país não é o oásis ou o caos», respondeu o primeiro-ministro, que ainda garantiu que, com as iniciativas de reforma fiscal, o Governo tenha pretendido surpreender alguém. «O Governo é previsível. Infelizmente, o PSD é que é um partido imprevisível, mudando constantemente de opinião».

Depois, ao secretário-geral do PCP, António Guterres disse não esperar que o objectivo dos comunistas passe pela abertura de uma crise política no país, o que seria um grave erro. «Está o PCP disposto a apoiar a reforma fiscal, cujo momento oportuno é o Orçamento de Estado de 2001? Está o PCP disposto a fazer com que os que não pagam impostos deixem de fugir, ou prefere provocar uma crise política?» Perguntas que não obtiveram resposta da parte de Carlos Carvalhas.

Quanto ao teor da intervenção do presidente do PP Paulo Portas, Guterres comentou que ele se limitou a dizer «duas ou três frases para efeitos televisivos, ignorando a realidade do país. O primeiro-ministro referiu, ainda, que se o PP fosse Governo, para cumprir as suas promessas na área da segurança, cada cidadão teria de andar permanentemente com um polícia ao lado».

## CONTRIBUENTES CUMPRIDORES PAGAM MENOS

O Governo entregou na semana passada, na mesa da Assembleia da República, uma proposta de autorização legislativa para dar início a uma ampla reforma fiscal. A explicação das medidas foi dada pelo primeiro-ministro, António Guterres, durante o debate do estado da Nação. Já no próximo Orçamento de Estado, em 2001, serão promovidas alterações no Código de IRS, nos estatutos dos benefícios fiscais, dos tribunais administrativos e fiscais, e no Código de Procedimento de Processo Tributário. Numa segunda e terceira fases, entre 2002 e 2003, serão promovidas alterações no Código de IRC e em aspectos relevantes das tributações do património e energética.

**E**ntre os principais objectivos da reforma fiscal, o primeiro-ministro apontou o alargamento da base tributária, um tratamento mais igualitário das diversas formas de rendimento, a criação de novos instrumentos de combate à fraude e à evasão. Tudo, acrescentou, com a intenção de diminuir o esforço fiscal dos trabalhadores por conta de outrem, em particular os de mais baixos rendimentos, das classes médias e das famílias. Ao nível do alargamento da base tributária, o Executivo socialista propõe a sujeição à tributação progressiva das mais-valias líquidas obtidas com acções (com a abolição da actual taxa liberatória); o englobamento dos dividendos para determinação da taxa aplicável no rendimento colectável; e a fusão das categorias B, C e D numa única categoria designada «rendimentos de actividades empresariais e do trabalho independente». No que respeita ao combate à fraude e à fuga ao fisco, o princípio básico da relação dos contribuintes com a Administração Tributária deve ser o da colaboração e do sigilo fiscal que está garantido a cada contribuinte em todas as circunstâncias. As excepções, como sublinhou António Guterres, «serão bem tipificadas na lei e sujeitas sempre a audição prévia obrigatória dos contribuintes, os quais terão ainda direito ao recurso com carácter suspensivo, no quadro de um processo judicial especial, tramitado como processo urgente». O contribuinte terá ainda direito a garantias suplementares de que a regra e os preceitos do sigilo bancário serão não só mantidos como reforçados.

Pela proposta de autorização legislativa do Governo, apenas os directores-gerais (dos impostos e das alfândegas e impostos especiais de consumo) ou os seus substitutos legais (sem possibilidade de delegação de competências) terão poder



de desencadear o levantamento do sigilo bancário. O mesmo, de resto, se aplicará aos casos de fixação da matéria tributável por métodos indirectos, em situações tipificadas na lei, mas claramente iniciadoras de evasão ou fraude fiscal. Como sublinhou o chefe do Governo, «a adopção destas medidas permitirá, em sede de Orçamento de Estado de 2001, um desagravamento geral nas taxas e escalões do IRS, visando não apenas as famílias de menores rendimentos, mas também e muito significativamente as de classe média, sobretudo as que vivem dos rendimentos do trabalho por conta de outrem».

### Desagravamento nos escalões do IRS

Se as medidas propostas pelo Governo vierem a merecer a aprovação da Assembleia da República haverá em 2001 uma actualização de todos os escalões do IRS em cinco por cento, com excepção do primeiro, que será actualizado em dez por cento; uma diminuição para 12 por cento (menos dois pontos percentuais) da taxa de tributação do primeiro escalão,

actualizado para 800 contos; a diminuição de um por cento nas taxas de tributação dos restantes escalões intermédios que passarão de 15 por cento para 14 por cento (até 1210 contos), de 25 para 24 por cento (até três mil contos) e de 35 para 34 (até 6900 contos); a criação de um novo escalão, entre 6900 e dez mil contos, tributado pela taxa de 38 por cento, diminuindo portanto dois pontos percentuais a taxa actual; a redefinição do actual sistema de dedução à colecta em função do número de dependentes e a elevação do montante das deduções às despesas de educação, especialmente nas famílias mais numerosas, incluindo os encargos com creches, jardins de infância e estabelecimentos de ensino pré-escolar. Com a adopção destas alterações, em termos práticos, um casal com um filho, com rendimentos de trabalho de 290 contos por mês, terá uma redução de 22 por cento do IRS pago face à situação actual. Um casal com dois filhos e um rendimento total de 560 contos por mês, a diminuição correspondente será de dez por cento. E um casal com dois filhos e um rendimento total de 800 contos por mês, pagará menos sete por cento em relação a 2000.

Paralelamente, no entanto, será alterado o estatuto dos benefícios fiscais, tendo em vista assegurar um controlo efectivo da qualidade de não residente das entidades que efectuem operações nas zonas francas. Por essa razão, na proposta de Orçamento de Estado de 2001, serão clarificados dois pontos essenciais: os critérios de imputação de custos e proveitos entre as instituições financeiras e as suas sucursais na Zona Franca da Madeira; a clarificação do regime da dedutibilidade dos pagamentos feitos a *off-shores*, que só deverão ser autorizados quando o sujeito puder provar que tais encargos correspondem a operações efectivamente realizadas e não têm um carácter anormal ou um montante exagerado.

### Corrigir efeitos penalizadores

Outras alterações a introduzir pelo Governo têm como objectivo eliminar uma distorção no uso de taxas de juro de referência para as bonificações acima das melhores condições disponíveis no mercado, o que se traduziu num duplo efeito perverso: induziu os bancos a praticar em geral taxas mais elevadas no crédito bonificado que no crédito comum, e contribuiu para favorecer a especulação nos preços do mercado imobiliário. «Não é moralmente aceitável que devam os contribuintes subsidiar os bancos ou os vendedores de imóveis. Por isso, fomos reduzindo gradualmente as taxas de referência, visando aproximá-las das melhores condições disponíveis no mercado», justificou o secretário-geral do PS. No entanto, a recente subida das taxas de juro veio a colocar a taxa de referência abaixo dessas mesmas condições, o que levou a uma penalização adicional das famílias. «É nosso dever corrigir esse factor de penalização, intensificando também as medidas destinadas a evitar qualquer forma de abuso ou fraude», afirmou o primeiro-ministro perante os deputados.

Por esta razão, O Governo vai criar um sistema de actualização automática semestral da taxa de referência para o cálculo das bonificações em função das condições de mercado; irá permitir os contratos de concessão de crédito bonificado com duração superior a 30 anos; e aumentar a selectividade e o controlo na atribuição das bonificações, facilitando a detecção de benefícios indevidos, conseguidos por falseamento de declarações.

De acordo com o primeiro-ministro, «as medidas legislativas e regulamentares destinadas a enquadrar e a permitir este novo regime serão concretizadas nas próximas semanas, por forma a serem operacionalizadas a partir do dia 1 de Outubro».

PELO PAÍS

Governança Aberta

**CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

O ministro Mariano Gago anunciou, no dia 29, no Porto, o arranque dos programas operacionais de Ciência, Tecnologia e Sociedade de Informação, que no total disponibilizam 350 milhões de contos até 2006.

Do conjunto de objectivos a alcançar com estes programas, o titular da pasta da Ciência e da Tecnologia destacou a massificação das relações entre empresas, centros de investigação e universidades, uma meta que considerou imperiosa para o desenvolvimento científico.



Mariano Gago falava na abertura das III Jornadas Tecnológicas das Pequenas e Médias Empresas (PME), que decorreu na Alfândega do Porto, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Europeia.

O governante salientou «a necessidade de abandonar a ideia de que é preciso escolher entre o apoio à investigação aplicada e a investigação fundamental», defendendo o «apoio de ambas».

De acordo com Mariano Gago, Portugal tem uma «taxa altíssima» de crescimento de recursos humanos para investigação e desenvolvimento.

«Existe na população uma disponibilidade para as profissões científicas e técnicas que aumenta à medida que aumenta a escolarização geral», acrescentou.

**DESENVOLVIMENTO RURAL**

Cada sapedor florestal formado pela Direcção-Geral das Florestas (DGF) vai ter à sua responsabilidade cerca de 200 hectares de floresta, foi anunciado, quinta-feira, na Lousã.

O secretário de Estado do Desenvolvimento Rural, Vítor Barros, presidiu, no Centro de Operações e Técnicas Florestais, à cerimónia de entrega de veículos todo-o-terreno às primeiras 11 equipas de sapedores florestais que este ano já concluíram a sua preparação técnica.

«Prevê-se que se possa dispor, a breve prazo, de um sapedor florestal por cada 200 hectares de floresta, em regime de permanência todo o ano», refere uma

nota divulgada pela DGF.

Ao todo, em 2000, a Direcção-Geral investe na criação de 32 equipas de cinco sapedores cada, depois de no ano passado terem sido formadas e equipadas mais 33.

Estes trabalhadores rurais, afectos geralmente a associações de produtores e conselhos directivos de baldios, actuam nas zonas florestais de maior risco, sobretudo no Centro e Norte de Portugal. «O recrutamento dos sapedores foi feito – e continuará a sê-lo – nas áreas de actuação das brigadas, garantindo desde logo que ele conhece bem o lugar onde vai actuar», promete a DGF.

Os sapedores florestais têm a seu cargo, ao longo de todo o ano, a limpeza e remoção de combustíveis, a manutenção de vias de comunicação, a detecção de focos de incêndio, a primeira intervenção de combate às chamas e as operações de rescaldo.

O secretário de Estado anunciou sábado, dia 1, em Macedo de Cavaleiros, que o concurso público para a adjudicação da obra da barragem de Santa Justa – que irá irrigar o Vale da Vilaria, no Distrito de Bragança –, será lançado em Setembro.



«No máximo dentro de três meses vamos arrancar com a adjudicação da obra», assegurou Vítor Barros, justificando que o estudo de impacto ambiental fez prolongar o processo, que já tinha sido anunciado pelo ex-ministro da Agricultura, Gomes da Silva.

Os agricultores desta região aguardam há décadas pela concretização de um plano de regadio que previa a construção de cinco barragens para solucionar o problema da falta de água que tem impedido rentabilizar aquele que é considerado um dos vales mais férteis do País.

Apenas duas das barragens previstas foram construídas, a da Burga e do Salgueiro, e têm-se revelado insuficientes face aos sucessivos anos de seca, deixando centenas de agricultores sem água para regar e com quebras significativas nas plantações e respectivas produções.

A barragem de Santa Justa assume-se como o empreendimento capaz de

equilibrar a situação, com capacidade de irrigar 1500 hectares, perspectivando-se o arranque da obra para o início do próximo ano, com um prazo de execução de 18 meses.

O secretário de Estado da Agricultura garantiu ainda que «estão assegurados os meios financeiros necessários para concluir o plano de regadio do Vale da Vilaria, no III Quadro Comunitário de Apoio», encontrando-se as outras duas barragens com os processos de licenciamento em curso.

**HABITAÇÃO**

A secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, considerou, no dia 30, em Amarante, ser «inaceitável» que os portugueses estejam a pagar preços muito elevados na habitação devido à especulação imobiliária.



«Os preços da construção são os mesmos de outros países europeus, à volta de 60 contos por metro quadrado. O que leva a preços de venda extremamente caros é, em grande parte, uma enorme especulação sobre os preços dos terrenos», disse a governante no final da entrega das chaves de novas casas a 32 famílias realojadas pela Câmara de Amarante. Leonor Coutinho considera que as autarquias, quando autorizam os loteamentos, estão a contribuir para a valorização dos terrenos, que, contudo, não servem o mercado imobiliário se os promotores não construírem os fogos que forem aprovados.

«Uma pessoa apanha a assinatura (da aprovação do loteamento) e volta a vender o terreno por um preço caríssimo. Não urbaniza, acabando por vezes por deixá-lo dez anos parado só para fazer especulação imobiliária», referiu.

Defendendo que o Governo deve cobrar taxas idênticas às que cobraría no caso do loteamento ter sido construído, a secretária de Estado lembrou «que o Estado, com uma assinatura, valorizou o terreno e depois os proprietários, em vez de construírem, vão deixando o terreno sem construção para ver se aumentam o preço desse mesmo terreno».

«Isto é uma atitude anti-social, que não pode ser premiada como tem sido até agora», frisou.

**JUSTIÇA**

O ministro da Justiça lamentou quinta-feira a morte, por suicídio, do franco-argelino Sid Ahmed Rezala no Estabelecimento Prisional de Lisboa (EPL) e disse «aguardar as conclusões do inquérito» já instaurado ao sucedido.

«Lamento o sucedido e aguardo as conclusões do inquérito sobre as circunstâncias do suicídio», declarou António Costa, que esteve reunido na noite do dia 28 com os responsáveis da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP) para «se inteirar da ocorrência».

De acordo com o governante, Rezala estava sob vigilância médica e prisional «particularmente apertada» e quarta-feira «tinha sido visto pelo médico» antes de ir para a cela.



Os serviços de emergência médica foram chamados para acudir a Rezala logo que foi dado o alarme, mas já não puderam fazer nada, havendo indicações de que terá havido fogo na cela em que se encontrava sozinho.

O caso foi comunicado à Embaixada da França em Lisboa e ministra da Justiça francesa, Elisabeth Guigou.

Detido a 11 de Janeiro pela PJ, Rezala aguardava extradição para França, tendo o Tribunal da Relação e o Supremo Tribunal de Justiça dado «luz verde» ao processo, mas um recurso para o Tribunal Constitucional suspendeu a sua entrega às autoridades francesas.

**TRABALHO E FORMAÇÃO**

O secretário de Estado do Trabalho e Formação, Paulo Pedroso, defendeu sexta-feira, em Coimbra, uma reforma da Segurança Social que traduza uma «nova cultura de solidariedade» e uma «ética da emancipação social» dos cidadãos.

O governante falava na qualidade de sociólogo, na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, onde apresentou uma conferência subordinada ao tema «O futuro da protecção social em Portugal».

O modelo que preconizou na sua dissertação, realizada no âmbito do programa de mestrado e doutoramento em sociologia, perante algumas dezenas de alunos, deve resultar «num outro equilíbrio entre o Estado e a sociedade». Para Paulo Pedroso, o futuro da Segurança

## PELO PAÍS

## Governança Aberta

Social em Portugal constitui «um desafio aos profissionais e voluntários ao serviço da ética da emancipação social e não da dependência».



Na sua opinião, uma das perguntas que deve ser feita, no âmbito do actual debate sobre a reforma do sistema, é saber «a taxa

de pobreza que consideramos aceitável e quanto estamos dispostos a pagar por isto».

«O futuro do rendimento mínimo garantido e da pensão social é que simboliza este debate», comentou.

O secretário de Estado do Trabalho e da Formação afirmou que «a Segurança Social está há décadas em *superavit*: há hoje mais 500 mil inscritos e todos os anos as receitas da Segurança Social têm crescido significativamente».

Insistiu, por outro lado, na necessidade de pôr termo ao «clima de complacência com a fraude e a evasão fiscal».

## TURISMO

O secretário de Estado do Turismo admitiu, no dia 30, em Vila do Conde, uma eventual renegociação das atribuições das concessões das verbas da zona de jogo. Vítor Neto, que falava aos jornalistas após a inauguração do Forte de São João Baptista, respondeu desta forma ao pedido do autarca Mário de Almeida, que no seu discurso solicitou «a correcção das normas de atribuição das verbas da zona de jogo».

Para o autarca de Vila do Conde, «as verbas não deveriam ser para pavimentação de ruas, mas para fomentar o turismo» e pediu «igualdade na atribuição de verbas», embora o secretário de Estado considere a «matéria delicada».



Vítor Neto explicou que «as verbas da zona do jogo e a sua atribuição aos diferentes concelhos constam de um decreto-lei que está ligado à concessão e que tem já dez

ou 15 anos, onde está pré-fixado qual é o fim a que se destina, quer as verbas iniciais em que foi feito o contrato de alguns milhões de contos aos diferentes concelhos quer as verbas que vêm das receitas do jogo de cada ano e isso também está regulamentado».

Relativamente à necessidade de alterar as regras de concessão, governante referiu que «alterar decretos lei nesta matéria não é fácil», mas não excluiu que, «no âmbito de uma alteração da próxima concessão ou de uma eventual renegociação das atribuições das concessões se possa corrigir e atenuar os desequilíbrios dessas regras».

A próxima concessão, que deverá ocorrer entre 2005 e 2008, não significa, de acordo com Vítor Neto, que «não se faça antes, tanto mais que os empresários do sector do jogo colocaram já a questão da renegociação da concessão do jogo».

O secretário de Estado do Turismo aproveitou ainda para anunciar a celebração de um protocolo com a autarquia para o arranjo urbanístico e paisagístico de Vila do Conde e a intervenção dos Paços do Concelho, que vai ter uma comparticipação de 170 mil contos do fundo de turismo.

## DESTAQUE – CM

## Imposto

## APROFUNDAR A REFORMA FISCAL

O Conselho de Ministros deu luz verde, na passada quinta-feira, à proposta de lei de autorização legislativa relativa à reforma da tributação do rendimento das pessoas singulares e à adopção de medidas destinadas a combater a evasão e a fraude fiscais.

Apesar das melhorias introduzidas no sistema tributário português, é manifesto que se continuam a verificar situações de iniquidade e ineficiência que urge ultrapassar.

O actual modelo de tributação do rendimento foi estabelecido em 1988, assente no imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e no imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), e correspondeu à adopção de soluções de base idênticas às que são comuns nos países da OCDE, o que não se pensa agora de alterar.

No entanto, razões de ordem pragmática determinaram logo algumas entorses aos princípios definidos, que a prática dos anos subsequentes veio, em inúmeras situações, a agravar.

Acresce que a evolução do País introduziu alterações significativas na realidade económica e social, em parte resultado do impacto da União Europeia e da própria dinâmica de aprofundamento do processo de integração, com repercussão no tecido das relações e institutos que são objecto das leis tributárias.

Assim, o Executivo socialista, na sequência



da elaboração de estudos e relatórios técnicos elaborados sob a égide dos anteriores governos, em particular do XIII Governo, e do debate que estes temas têm suscitado, entendeu ser chegada a altura de executar medidas estruturais de materialização do desenvolvimento e aprofundamento da reforma fiscal.

Este diploma versa, em sede de reforma do IRS e do EBF, sobre a incidência, a tributação da família, as taxas liberatórias, as deduções e abatimentos, os benefícios fiscais e as taxas e escalões, contemplando ainda medidas específicas de combate à evasão e fraude fiscais.

## CONSELHO DE MINISTROS

## Reunião de 29 de Junho

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um decreto-lei que cria a Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar;
- Uma proposta de lei de autorização legislativa relativa à reforma da tributação do rendimento das pessoas singulares e à adopção de medidas destinadas a combater a evasão e a fraude fiscais;
- Um decreto-lei que aprova a Lei Orgânica do Ministério de Justiça;
- Um decreto-lei que estabelece o regime jurídico do administrador do tribunal;
- Um decreto-lei que aprova a regulamentação do Conselho Consultivo para a Justiça;
- Um decreto-lei que estabelece o regime jurídico da gestão administrativa dos tribunais superiores;
- Um projecto de decreto-lei que aprova a organização e composição do gabinete de apoio ao presidente do Supremo Tribunal de Justiça;
- Um decreto-lei que estabelece um regime excepcional para a realização de obras em prédios destinados a centros educativos, aquisição de bens e serviços e recrutamento de pessoal para o Instituto de Reinserção Social;
- Um decreto-lei que permite e regula a exploração e venda da lotaria nacional, clássica e popular, para além do suporte físico papel, através da utilização de terminais informáticos da rede interbancária do multibanco;
- Uma proposta de Lei do Enquadramento Orçamental;
- Uma resolução que homologa o despacho de adjudicação, pelo ministro do Equipamento Social, do concurso relativo a concessão de exploração do serviço de transporte aéreo regular na ligação entre Lisboa/Bragança e Bragança/Vila Real/Lisboa;
- Um diploma que altera o decreto-lei que institui o regime do preço fixo do livro;
- Um decreto-lei que transpõe para o ordenamento jurídico interno a directiva comunitária que visa harmonizar as disposições nacionais dos Estados-membros relativos à concepção ao fabrico e à colocação no mercado dos dispositivos médicos para o diagnóstico *in vitro*;
- Uma resolução que delega na ministra da Saúde competência para os actos de instrução relativos aos procedimentos cuja abertura foi autorizada pela resolução n.º 135/99, de 22 de Outubro;
- Uma resolução que determina que a nova central de ciclo combinado a gás natural possa ser constituída e explorada no âmbito do Sistema Eléctrico Não Vinculado (SENV);
- Uma resolução que aprova para o Estado a aquisição, mediante a celebração de um contrato promessa de compra e venda com eficácia real, do imóvel sito em Lisboa na Largo Rafael Bordalo Pinheiro, n.º 13 a 19;
- Uma resolução que ratifica o Plano de Pormenor da Zona Industrial de Arcos, no município de Estremoz.

DESTAQUE – CM

Nutrição

## FISCALIZAR DE PERTO A QUALIDADE ALIMENTAR DOS PORTUGUESES

**O** Executivo socialista aprovou, no dia 29, na generalidade, um decreto-lei que cria a Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar.

No que respeita ao consumo de géneros alimentícios, as sociedades modernas, pela crescente complexidade, extensão e transversalidade da cadeia alimentar, exigem não só a protecção dos consumidores, como a oferta de uma vasta gama de produtos seguros e de elevada qualidade e que a afirmação dos seus direitos esteja no centro das diversas políticas económicas e sociais.

O Governo liderado pelo camarada António Guterres entende, neste sentido, que uma tal política exige a avaliação e o controlo permanentes dos riscos para a saúde dos consumidores que possam resultar das matérias-primas, das práticas agrícolas, do estado do ambiente e das actividades de processamento e de distribuição dos produtos alimentares.

Assim, o Conselho de Ministros decidiu adoptar medidas regulamentares eficazes para prevenir e gerir esses riscos através da institucionalização de sistemas de controlo destinados a supervisionar e garantir o cumprimento daquela



regulamentação.

No nosso país, a experiência tem demonstrado que um dos sectores onde as fragilidades se fazem sentir com maior acuidade é o da qualidade e segurança alimentar, seja pela dispersão do poder fiscalizador por várias entidades, dependentes de vários Ministérios, seja pelas naturais dificuldades em se articular

procedimentos e em se potenciar investimentos.

Com a criação da Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar o Governo do PS pretende estabelecer condições que garantam um elevado nível de credibilidade da cadeia alimentar apoiado numa, cada vez mais intensa, investigação científica, na atempada e

adequada regulamentação e na realização de intervenções administrativas de controlo, regulares e coerentes.

A Agência para a Qualidade e Segurança Alimentar tem por atribuições principais coordenar o exercício das funções de regulamentação, controlo, fiscalização, inspecção e execução pelas entidades públicas com competência na matéria; promover a criação de um sistema integrado de fiscalização da qualidade e segurança alimentar, garantindo a participação de todas as entidades com competência nesta área; promover acções de natureza informativa e preventiva em matéria de infracções contra a saúde pública; e efectuar a recolha de dados através de inquéritos que lhe permitam obter um conhecimento sempre actualizado dos sectores da sua área de actuação.

Colaborar na avaliação e comunicação dos riscos de natureza alimentar; acompanhar a gestão da rede de alerta rápido da segurança alimentar; e emitir recomendações às entidades públicas cujas actividades possam contribuir para a qualidade e segurança alimentar são outras das funções do novo organismo fiscalizador da qualidade alimentar dos portugueses.

DESTAQUE – CM

Justiça

## NOVA LEI ORGÂNICA APROVADA NA GENERALIDADE

**A** Lei Orgânica do Ministério de Justiça foi aprovada, na generalidade, na passada quinta-feira, dia 29 de Junho, durante a reunião de Conselho de Ministros. O diploma consubstancia uma alteração legislativa que há muito tardava (a actual lei data de 1972) procedendo à criação de diversos organismos, em resposta a necessidades prementes, e introduzindo outras soluções inovadoras como a criação de dois órgãos – a Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça e o Gabinete de Auditoria e Modernização – com competências de controlo sobre os serviços internos do Ministério e de permanente auditoria de sistema de justiça. Assim, pretende-se melhorar a qualidade das prestações asseguradas pelo Ministério da Justiça e identificar com facilidade eventuais falhas, para que, de forma célere, se proceda às correcções devidas.

O decreto-lei em questão também prevê a constituição de um Gabinete para as Relações Europeias, Internacionais e de Cooperação e de um Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, com vista a



dotar o Ministério de estruturas com os meios e instrumentos necessários à prossecução de uma política de justiça no plano internacional e da cooperação adequada às necessidades do País. Será igualmente criada a Direcção-Geral da Administração Extrajudicial, procurando

deste modo responder à emergência de uma nova área de intervenção privilegiada, a da resolução não judicial de litígios e do recurso a formas de administração da justiça exteriores aos tribunais judiciais. O diploma racionaliza ainda a estrutura do Ministério, nomeadamente com a criação

de institutos públicos nas áreas financeira e patrimonial e das tecnologias da informação, onde se verifica actualmente uma grande dificuldade de resposta a novos desafios.

Uma outra novidade a destacar da Lei Orgânica do Ministério da Justiça reside no fim da tradicional lógica tripartida dos Institutos de Medicina Legal, criando-se, como uma única entidade, o Instituto Nacional de Medicina Legal.

O Conselho Consultivo para a Justiça, órgão que permitirá ao ministro da tutela colher a posição dos diversos sectores intervenientes e interessados na área da justiça quanto às iniciativas políticas e à situação global do sistema de justiça, será também uma realidade no quadro legislativo aprovado.

Finalmente, alteram-se as competências dos serviços tradicionais do Ministério de forma a que possam congregiar a experiência do passado na prossecução de uma nova política de justiça, assente no respeito pelos valores da cidadania e da racionalidade e eficácia na gestão dos recursos públicos.

DEPUTADA HELENA RIBEIRO

Habitação

## RESPOSTA DE ESQUERDA

«A política de habitação não se pode mais reduzir à oferta de habitação nova». Esta foi a ideia deixada pela deputada socialista Helena Ribeiro, no dia 28 de Junho, durante o debate parlamentar sobre a proposta governamental que visa autorização para alterações no Regime Jurídico do Arrendamento Urbano, no Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas (Rehabita) e do regime do subsídio de Renda estabelecido.

Convicta de que «a inversão da degradação das nossas áreas urbanas exige uma política fundamentalmente centrada na qualidade, em acções de reutilização, reabilitação e requalificação da cidade existente sobre a construção expansiva», Helena Ribeiro frisou o carácter imperativo de dar resposta rápida e eficaz à situação de degradação «preocupante» em que se encontram hoje um número significativo de imóveis para arrendamento.

«O Governo propõe-se erigir um conjunto de mecanismos legais que permitam a viabilização económica e financeira da realização de obras de beneficiação ou mesmo de reconstrução», afirmou a parlamentar do PS, contrapondo este novo ciclo de gestão socialista da política habitacional à tendência cavaquista de clara matriz neoliberal e «nada tocada por preocupações de desenvolvimento e inclusão social dos mais pobres».

«Com os governos do PS, não obstante o forte crescimento do crédito à habitação, os apoios do Estado à aquisição de habitação própria baixaram de 86 para 72 por cento, mas duplicaram-se as verbas investidas pelo Estado no apoio às famílias mais carenciadas», disse.

Referindo-se ao programa de recuperação de imóveis, o Recria, Helena Ribeiro disse persistirem ainda «algumas distorções que reclamam o seu aperfeiçoamento, por forma a dotá-lo de maior capacidade de resposta».

«Para tal pretende-se que haja uma parte das obras comparticipada a fundo perdido pelo Estado e pelas autarquias locais e outra a suportar pelo proprietário, assegurando-se a este o aumento das rendas em função das obras de recuperação», explicou, adiantando ainda a novidade de que tudo passará a processar-se e a ser calculado de modo a garantir ao senhorio o retorno do investimento efectuado num prazo máximo de oito anos.

Segundo a deputada do GP/PS, também os inquilinos ganham com as alterações à legislação que o Executivo socialista pretende introduzir, uma vez que usufruirão não apenas de obras de conservação como de beneficiação.

Quanto aos imóveis considerados irrecuperáveis, a deputada do PS referiu que a intenção legislativa do Governo admite a demolição, «desde que haja para tal fundamento económico ou técnico, devidamente comprovados pelas câmaras municipais».

Os inquilinos que vivam nesses prédios terão a possibilidade de optarem entre realojamento ou indemnização.

Outras alterações preconizadas pelo Executivo visam a moralização do mercado de arrendamento e contemplam a actualização das rendas em função do valor das obras efectuadas, salvaguardando ainda as necessidades das famílias mais carenciadas.

Assim, a deputada Helena Ribeiro concluiu que, num tempo em que com tanta leviandade se fala do fim das referências ideológicas, verifica-se «com agrado» que «o Governo PS está a prosseguir, no sector da habitação, uma política claramente assente nos valores e referências da esquerda democrática», facto pelo qual a bancada socialista manifestou congratulação.

MARY RODRIGUES

GP/PS

Programa Polis

## GOVERNO AUTORIZADO A AVANÇAR

A Assembleia da República aprovou na generalidade, no dia 29, a proposta de lei que «autoriza o Governo a criar o regime excepcional aplicável às sociedades gestoras das intervenções previstas no Programa Polis».

O diploma sobre o programa de recuperação urbana de 18 cidades do País foi aprovado com os votos favoráveis do PS, a abstenção do Bloco de Esquerda e os votos contra das restantes bancadas.

Também aprovados foram os diplomas da bancada socialista sobre a revisão do Estatuto dos Deputados e sobre a modernização dos serviços da Assembleia da República.

O projecto de lei do PS que regula o acesso da Assembleia da República a documentos e informações com classificação de Segredo de Estado foi igualmente aprovado. Em votação final global foi aprovado o texto final da Comissão de Defesa sobre a «correção da antiguidade e promoções dos oficiais milicianos que ingressaram no Quadro Permanente antes de 25 de Abril de 1974 após a frequência da Academia Militar». A proposta de lei que autoriza o Governo a legislar sobre o Regime Jurídico do Arrendamento Urbano foi aprovada com os votos favoráveis do PS, a abstenção do PSD e CDS/PP e os votos contra do PCR, PEV e BE.

ADMINISTRAÇÃO FISCAL

Sigilo bancário

## CONTRIBUINTES TERÃO RECURSO SUSPENSIVO PARA TRIBUNAIS

O Executivo socialista entregou já ao Parlamento uma proposta que estabelece a possibilidade de os contribuintes recorrerem aos tribunais, com efeito suspensivo, nos processos de administração fiscal em que seja exigida informação abrangida pelo sigilo bancário. O diploma deverá ser discutido em Setembro, ainda para ter reflexos no Orçamento de Estado (OE) para o ano 2001. O Ministério das Finanças prevê, basicamente, três tipos de situações em que a administração fiscal poderá recorrer à informação que os bancos têm sobre os contribuintes, sendo que numa delas o recurso dos contribuintes aos tribunais não tem efeitos suspensivos.

Nos casos tipificados pelo Governo do PS, quando os contribuintes obrigados a escrita organizada não integrarem os registos obrigatórios de suporte à sua própria contabilidade, a administração fiscal poderá obter as informações junto das instituições bancárias, sem que o recurso do contribuinte aos tribunais tenha efeito suspensivo.

O segundo caso, e aquele que poderá ser o mais comum, dá-se quando a administração fiscal tem dúvidas sobre as

declarações dos contribuintes e pede informações adicionais. Caso não sejam fornecidas, o fisco pode notificar os bancos para recolher informações. Neste caso, se o contribuinte recorrer para o tribunal, este acto tem efeitos suspensivos.

O terceiro caso, mais complexo, acontece quando a administração fiscal considera que só poderá obter as informações correctas sobre um determinado contribuinte se tiver acesso ao registo das contas bancárias de terceiros.

Estes casos têm de ser autorizados, previamente, pelo poder judicial.

Outro ponto sobre informação dos contribuintes e a sua relação com a administração fiscal (aspecto considerado fundamental para o Ministério das Finanças) é a inversão do ónus da prova, ou seja, passa a ser o contribuinte a ter de «explicar a proveniência do dinheiro e não o fisco».

Desta forma fica salvaguardada a possibilidade de avaliação dos sinais exteriores de riqueza dos contribuintes e a sua confrontação com os rendimentos declarados, havendo lugar a «explicações», quando existe «incompatibilidade entre os dois dados».

DEPUTADA MARIA SANTOS

OGM/Rotulagem

## SEGURANÇA DESDE A EXPLORAÇÃO À MESA



O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS) quer uma «máquina» que funcione e garanta que tudo fará para que ela seja perfeita.

A revelação foi feita, no dia 28 de Junho, pela deputada Maria Santos, durante o debate em torno ao processo de rotulagem dos Organismos Geneticamente Manipulados (OGM).

Segundo a deputada do PS, «num domínio tão vasto e complexo como este, temos de reconhecer, que precisamos de "pôr-de-pé" uma máquina extremamente sofisticada, cujas metodologias técnico-científicas não podem ser as tradicionais». «A rotulagem é um dado adquirido», frisou Maria Santos, acrescentando que o verdadeiro problema reside nos aspectos que lhe estão associados e que carecem de «algumas e pertinentes decisões», como é o caso da harmonização dos métodos analíticos, a homologação de laboratórios e a fixação do limite de contaminação accidental.

Defensora exacerbada de uma «abordagem global e integrada», a parlamentar socialista considerou fundamental a associação da rotulagem dos OGM's à traçabilidade dos produtos, por forma a assegurar o controlo da cadeia alimentar da «exploração à mesa».

O GP/PS interpretou a posição dos ministros da Agricultura da UE, no Conselho Informal de Évora, como um «sinal político importante» e «a favor de uma harmonização europeia em matéria de regulamentação de OGM».

«As Nações Unidas dotaram-se, com a aprovação do protocolo sobre bio-segurança, de mecanismos específicos sobre rotulagem», recordou Maria Santos, reafirmando a sua convicção na necessidade de definir, a nível comunitário e até global, os critérios e procedimentos a utilizar.

«Num sistema de mercado aberto é preciso estabelecer normas internacionais uniformes, de modo a garantir uma eficaz fiscalização alfandegária de produtos provenientes do espaço não europeu», concluiu.

MARY RODRIGUES

DEPUTADA CELESTE CORREIA

Migrações

## O CAMINHO DO HUMANISMO



A deputada socialista Celeste Correia alertou, na passada quinta-feira, dia 29 de Junho, para a urgência de se proceder a uma reflexão sobre a manobra de equilíbrio que Estado e sociedade devem desenvolver perante os novos desafios mundiais que comportam os fluxos migratórios.

Numa óptica de luta manifesta contra a exploração do homem pelo homem, a parlamentar do PS reiterou a ideia segundo a qual para novos problemas é preciso encontrar respostas inovadoras.

Celeste Correia falava, no plenário da Assembleia da República, por ocasião do debate relativo ao pedido de autorização legislativa do Governo através da proposta de alteração do regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional.

Durante a discussão sobre os instrumentos de política de controlo e regularização dos fluxos migratórios, a deputada do GP/PS frisou a necessidade de distinguir integração de gestão de fluxos migratórios, pois, apesar de serem conceitos que «caminham em paralelo», carecem de estratégias específicas, embora articuláveis.

«Só é possível dignificar, promover e inserir de forma adequada todos os imigrantes, partilhando com eles o bem-estar da comunidade para o qual dão o seu contributo, desde que o seu número não cresça descontrolada e permanentemente, ultrapassando as reais e efectivas capacidades de resposta enquanto país de

acolhimento», considerou.

Rebatendo qualquer intenção demagógica nesta matéria, Celeste Correia garantiu que «a proposta de lei do Governo não surge da contestação de qualquer fracasso e muito menos de qualquer atitude confessional relativamente à legislações produzidas durante a administração socialista», tratando-se apenas de «um instrumento crucial», que a bancada socialista espera ver aprovada na votação final que decorrerá, hoje, no Parlamento.

A deputada do PS fez questão de lembrar que a iniciativa governamental recebeu pareceres positivos das comunidades «migrantes que foram ouvidas no âmbito do Conselho Consultivo para Assuntos da imigração, bem como da CGTP e UGT.

«Pessoalmente, com a voz livre que é apanágio do meu Partido, teria gostado de ver, na iniciativa do Governo, o imigrante menos dependente do empregador em termos da passagem do documento de trabalho», reconheceu, acrescentando ter preferido uma «passagem directa», para a possibilidade da obtenção de uma autorização de residência, ao fim de cinco anos com autorização de permanência.

Considerando a proposta do Executivo do PS, na globalidade, um diploma «humanista», Celeste Correia solicitou dos críticos – e sobretudo aos mais «exacerbados» – uma leitura com olhos de ver e uma avaliação na globalidade que não caia na tentação de «pegar num único ponto para o apelar de racistas».

Tal atitude constituiria, segundo a deputada socialista, «um insulto às vítimas do racismo, qualquer que seja a cor com que este se apresente».

MARY RODRIGUES

DEPUTADO CARLOS LUÍS

Projecto de resolução

## DEBATE ANUAL SOBRE O ESTADO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS



O deputado do PS Carlos Luís apresentou no dia 29 de Junho, no Parlamento, um projecto de resolução que visa a instituição de um debate anual sobre «O estado das comunidades portuguesas», na Assembleia da República.

Na exposição de motivos, o deputado do PS refere, entre outros pontos, que «a protecção dos direitos dos portugueses no estrangeiro e dos trabalhadores em particular está constitucionalmente consagrada, vinculando por isso o Estado português» e salienta «a importância crescente que assume a

problemática dos emigrantes nacionais a residir no estrangeiro, bem como a necessidade de um empenhamento de todos os agentes, incluindo os institucionais, na participação e debate das questões relacionadas com as comunidades portuguesas no exterior».

O camarada Carlos Luís sublinha ainda, no projecto de resolução, que «a evolução da larga e heterogénea comunidade portuguesa no exterior nos seus múltiplos aspectos sociais, económicos, integracionais e culturais passa necessariamente por um «prolongado olhar» do órgão de soberania que os legitimamente representa».

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADO FERNANDO JESUS

Metro do Porto

## ALGUNS AUTARCAS DO PSD SÃO EMPATA-OBRA



«O Metro do Porto foi uma conquista do Porto e dos seus autarcas. O anterior Governo presidido por António Guterres muito justamente garantiu o seu financiamento. Faz todo o sentido, é sua obrigação que o Governo se preocupe com o desenvolvimento da obra. É pois natural que chame a atenção de quem dirige a obra para os atrasos já registados», disse no dia 28 de Junho, no Parlamento, o deputado do PS Fernando Jesus.

Numa intervenção centrada na questão do Metro do Porto, o deputado do PS falou de um conjunto de preocupações pertinentes relativamente a esta obra que mereceu luz verde do Governo PS - depois de um longo «pesadelo e angustia» devido às maiores dúvidas levantadas pelos governos de Cavaco Silva - e que está a ser atrasada devido a alguns autarcas laranja da Junta Metropolitana do Porto serem incapazes de compreender que uma realização desta envergadura, envolvendo cerca de 200 milhões de contos, não se compadece com amadorismos, ou seja, «não pode ser devidamente gerida e acompanhada por dois ou três autarcas em «part-time».

Decorridos 17 meses sobre a sua consignação, «a obra regista já um atraso

de 12 meses, dizem uns; outros ficam-se pelos 7,8 meses», observou Fernando Jesus.

No entanto, apesar de Vieira de Carvalho e outros autarcas laranja serem os principais responsáveis pelo atraso na obra, Fernando Jesus alertou para o facto de que «em flagrante contradição com o que afirmaram há poucas semanas atrás, a maioria do PSD na Junta Metropolitana do Porto prepara-se para partidizar ainda mais a EMP, através da nomeação para o conselho de administração de três autarcas seus».

### Descarada partidização

Para o deputado do PS, trata-se de uma situação que, a confirmar-se, «representaria a mais descarada partidização de uma empresa que deverá ser gerida por gestores competentes a tempo inteiro».

Assim, segundo alertou Fernando Jesus, «os atrasos já registados na obra do Metro irão continuar a aumentar com prejuízo para as populações que continuam pacientemente – até quando? – a aguardar que o Metro avance e entre nos carris».

Por tudo isto, disse, «acreditamos que o PSD não vai cometer um erro desta natureza. Os cidadãos do Porto e da Área Metropolitana não lhe perdoariam».

J. C. CASTELO BRANCO

VISITE O SITE DO PARTIDO SOCIALISTA



<http://www.ps.pt>

## QUINZE APERTAM O CERCO AO CONSUMO E PRODUÇÃO DE TABACO NA EUROPA

**A** União Europeia (UE) endureceu a luta contra o consumo do tabaco entre os Quinze ao aprovar legislação comum que obrigará a indústria tabaqueira a reduzir a presença nos cigarros de substâncias nocivas para a saúde.

A directiva, aprovada na última reunião de ministros dos Quinze sob presidência portuguesa da UE realizada no dia 29 de Junho, determina também o aumento do espaço reservados nos maços de cigarros para as advertências sobre os malefícios do consumo do tabaco.

As medidas puseram já a indústria tabaqueira europeia em «pé-de-guerra» com as autoridades comunitárias, já que, argumentam, a redução de substâncias como o alcatrão, a nicotina ou o monóxido de carbono nos cigarros fabricados na União comprometerá as exportações para países fora da Europa. Os fumadores desses países, sustentam, trocariam os cigarros fabricados na Europa por outros que lhes garantissem a mesma composição fabricados noutras regiões do globo onde as regras são menos apertadas.

Assim, a indústria tabaqueira e os sindicatos ligados ao sector jogam agora a carta do desemprego invocando que as regras aprovadas (que só entrarão em vigor em 2003) vão acarretar a perda de nove mil postos de trabalho, entre os quais 760 em Portugal (o país mais afectado, segundo os números da indústria tabaqueira, é a Alemanha, onde mais de 10 mil pessoas ficariam no desemprego).



Para a indústria e sindicatos, a UE devia esperar pela adopção de regras globais pela Organização Mundial de Saúde (OMS) para avançar também com as suas próprias restrições, como explicou Harald Wiedenhofer, um dos sindicalistas europeus do sector que se deslocou ao Luxemburgo para tentar demover os Quinze.

### Menor teor de nicotina e alcatrão

Os argumentos não convencem, porém, a ministra da Saúde portuguesa, que presidiu pela última vez à reunião dos

seus homólogos dos Quinze e congratulou-se com a aprovação desta «importante» iniciativa legislativa comunitária.

Para Manuela Arcanjo, «um dos aspectos mais importantes» da directiva aprovada é, precisamente, o da «diminuição do teor de alcatrão e nicotina» (10 mg de alcatrão e 1 mg de nicotina por cigarro) admissíveis nos cigarros fabricados na UE, segundo as regras aprovadas.

A ministra da Saúde não aceita também argumentos como o de que a UE deveria esperar por regras mundiais estabelecidas pela OMS ou o de que as restrições decididas deveriam visar apenas o tabaco consumido na UE, e não o de exportação (como sugeriu a Alemanha, o único país a votar contra a directiva).

«É uma questão de princípios éticos: não podemos dizer que para nós aceitamos um determinado conteúdo mas, para os outros, já deixamos que sejam outros», disse.

Quanto ao desaparecimento dos maços das designações «lights» e «ultra-lights», ou outras que tenham por finalidade «dar a impressão que um produto do tabaco é menos nocivo para a saúde que os outros» (como é o caso dos cigarros «Português Suave», fabricados em Portugal), Manuela Arcanjo mostrou-se também inflexível.

Uma das novas regras em que o PE deverá querer insistir é a do aumento do espaço consagrado nos maços às advertências quanto aos malefícios do

tabaco e nas mensagens a inscrever.

As novas expressões propostas pela directiva como «Fumar provoca impotência», «Fumar provoca o envelhecimento da pele» ou «Fumar cria dependência», o PE quer acrescentar outras que associem o consumo do tabaco, por exemplo, ao suicídio.

Mas a última reunião de ministros da Saúde sob presidência portuguesa faz ainda o balanço e acertou estratégias para dar seguimento a decisões tomadas no último semestre com Portugal à frente dos destinos dos Quinze.

Entre elas está a adopção, na sequência da Conferência de Évora (a 15 e 16 de Março), de uma resolução sobre níveis de protecção da saúde dos europeus e medidas de prevenção e promoção da saúde, que encoraja, simultaneamente, a adopção de uma nova estratégia específica contra agentes nocivos para a saúde já identificados, como o tabaco e o álcool.

Os ministros da Saúde dos Quinze foram ainda chamados a dar o seu aval político às conclusões da Conferência de Lisboa sobre os medicamentos e a saúde pública (a 11 e 12 de Abril), na qual foram discutidos a utilização racional dos medicamentos ou a utilização crescente dos medicamentos genéricos.

No seguimento da Cimeira da Feira, a 19 e 20 de Junho, foram ainda debatidos o livro branco da Comissão Europeia sobre segurança alimentar ou a integração das exigências em matérias de saúde nas políticas comunitárias em geral.

## PORTUGAL FECHOU PRESIDÊNCIA COM CHAVE-DE-OURO

**P**ortugal conseguiu ver aprovada a directiva-quadro da água em vésperas de terminar a presidência europeia devido à sua boa preparação nesta matéria e à importância do documento para os Quinze.

Esta posição foi manifestada no dia 30 de Junho, em Lisboa, pelo ministro do Ambiente, José Sócrates, que insistiu em que Portugal, com esta vitória, encerrou com «chave-de-ouro» a presidência da União Europeia, dado que a discussão se arrastava há cinco anos.

Um dos principais objectivos da presidência portuguesa da União Europeia em matéria de ambiente, a directiva tem pouco mais de 20 artigos,

tendo o Parlamento Europeu votado mais de 60 propostas de emenda relativamente ao votado no Conselho Europeu.

A norma estabelece um calendário para redução progressiva das descargas poluentes e fixa mecanismos de qualidade para águas subterrâneas.

Sobre o aumento do preço da água, José Sócrates disse que não irá afectar o consumo doméstico mas sim as indústrias e a agricultura.

O ministro evidenciou que Portugal conseguiu cumprir na totalidade o programa do ambiente, que passou pelo capítulo das alterações climáticas, pela conclusão do processo de avaliação do quinto programa de ambiente e pela

promoção de um renovado debate sobre ambiente urbano.

A presidência portuguesa fez «um grande esforço» e teve «um grande sucesso» no que se refere a alterações climáticas para que o «dossier» seja aprovado em 2002, 10 anos depois da conferência do Rio de Janeiro.

Também relativamente ao ambiente urbano a presidência portuguesa garantiu que o assunto integre a agenda política da União Europeia, de modo a que seja elaborado um programa para melhoria da qualidade do ambiente nas cidades europeias.

Entre os programas encerrados durante estes seis meses, o ministro incluiu o programa Life, as directivas sobre

veículos em fim de vida, sobre emissão de substâncias que empobrecem a camada de ozono e as emissões de dióxido de carbono em veículos novos de passageiros.

Do pacote sobre a qualidade do ar destacou a directiva sobre grandes instalações de combustão e o estabelecimento de tectos para emissões nacionais, com a aprovação das orientações políticas da União Europeia a ocorrer na próxima conferência das partes para alterações climáticas, marcada para Novembro em Haia.

A presidência conseguiu ainda definir objectivos quanto à utilização do rótulo ecológico atribuindo maior vinculação às exigências do rótulo ecológico exibido.

PARIS

Presidência francesa

## REFORMA DAS INSTITUIÇÕES É PRINCIPAL PRIORIDADE

**A**lcançar no fim do ano um acordo ambicioso sobre a reforma das instituições da União Europeia é a principal prioridade da presidência francesa que substitui a presidência portuguesa à frente dos destinos dos Quinze.

Paris pretende que na Cimeira de Nice, que em Dezembro fecha a sua presidência, seja alcançado um compromisso sobre os temas que estão a ser discutidos na Conferência Intergovernamental (CIG) sobre a reforma das instituições, que vai permitir o alargamento da UE a mais 12 países a partir de 2003.

«A nossa tarefa actual é ter sucesso na CIG até ao fim do ano», disse o ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Hubert Vedrine, a um grupo de jornalistas.

Paris vai assim tentar concluir as negociações iniciadas durante a presidência portuguesa sobre a composição da Comissão Europeia, a extensão a mais áreas da votação por maioria qualificada e a reponderação dos votos que cada Estado-membro tem no Conselho de Ministros da UE.

Por outro lado, para o ministro dos Assuntos Europeus francês, Pierre Moscovici, «é melhor não ter acordo a ter



um mau acordo».

Um acordo a Quinze no fim do ano permitiria a sua ratificação até ao fim de 2002 para que os países candidatos pudessem começar a aderir a partir do início de 2003.

Na Cimeira Europeia que se realizou em Santa Maria da Feira a 19 e 20 de Junho ficou ainda decidido incluir na CIG o tema

suplementar das cooperações reforçadas, a possibilidade de um grupo de Estados-membros avançar mais rapidamente do que outros em certas áreas.

A França também se compromete a «continuar activamente» as negociações de alargamento da UE a 10 países da Europa Central e Oriental e às ilhas mediterrânicas de Chipre e Malta.

Os chefes de Estado e de Governo dos países candidatos vão ser convidados a participar numa reunião a 7 de Dezembro, à margem da Cimeira Europeia de Nice que vai marcar o fim da presidência francesa. Mas para Paris, «a emergência de uma Europa mais forte na cena internacional passa também pelo desenvolvimento da dimensão de segurança e de defesa da UE». Nessa perspectiva, a presidência francesa vai continuar a implementar o que foi decidido nas presidências anteriores: reforço das capacidades militares da União, preparar a passagem para as estruturas políticas e militares definitivas da Europa da defesa e implementar as decisões relativas ao relacionamento com a NATO e com países terceiros.

A França tenciona ainda reforçar o papel das reuniões informais mensais dos ministros das Finanças da zona Euro a fim de criar um verdadeiro «contrapeso político» ao Banco Central Europeu responsável pela gestão diária da moeda única europeia.

Paris vai também herdar a gestão da questão austríaca apesar de o fim das sanções políticas bilaterais por parte dos Catorze ter sido adiada para depois da presidência francesa.

EURODEPUTADOS SOCIALISTAS

Elisa Damião defende

## FUNDO DE COESÃO É FUNDAMENTAL PARA COMBATER DESIGUALDADES

A eurodeputada socialista Elisa Damião defendeu no dia 15, na sessão plenária do Parlamento Europeu (PE), que «o Fundo de Coesão é um instrumento fundamental para evitar fracturas e combater desigualdades económicas e sociais dos Estados-membros».

Elisa Damião, que intervinha durante a discussão de um relatório sobre o Fundo de Coesão relativo a 1998, disse que o referido documento revela «resultados muito positivos com evidente tendência para a convergência real, tendo tido um importante papel socioeconómico ainda por medir com rigor e infra-estruturas com potencial de desenvolvimento».

Assim, a eurodeputada socialista congratulou-se com o crescimento do emprego, a ausência de fraudes, a intensificação do controlo e o bom exercício dos programas. No entanto, levantou algumas questões pertinentes no que respeita a uma maior aposta na coordenação dos fundos europeus, tendo como objectivo o desenvolvimento sustentável no seio da UE e o



equilíbrio real entre regiões.

Segundo sublinhou, «o princípio da Coesão consagrado no Tratado da UE não deve estar em causa aquando do alargamento». «O Fundo de Coesão deve sim ser reequacionado tendo presente os resultados positivos, com novos indicadores socioeconómicos que se esperam, por forma a que esta experiência dos países da coesão não se perca», disse. **J. C. C. B.**

ONU

Annan defende

## PAÍSES RICOS DEVEM ABRIR MERCADOS PARA O DESENVOLVIMENTO

O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, afirmou em Genebra, na Suíça, que só com a abertura dos mercados dos países ricos aos produtos das nações em desenvolvimento existirá o progresso social desejado. Annan considerou também «necessário que os países ricos sejam mais generosos nas negociações sobre as dívidas externas dos países em desenvolvimento».

O secretário-geral da ONU fez estas afirmações na abertura do Fórum 2000, em que participaram até mais de 3000 representantes de organizações não-governamentais (ONG's), sector privado, sindicatos e instituições internacionais para discutir o desenvolvimento social. Este encontro, que decorreu em paralelo mas à margem da sessão especial da Assembleia Geral da ONU sobre Desenvolvimento Social, teve o patrocínio do Governo da Suíça.

Kofi Annan lamentou que actualmente exista «muita gente a sofrer de diversas formas, não pelos efeitos da globalização em si mesma, mas por falhas no controlo

dos seus efeitos adversos».

Considerou que «a maioria das pessoas já compreendeu que a globalização não é um assunto puramente económico, que tem uma dimensão social e cultural».

«O crescimento económico por si só não pode garantir à maioria da população de um país ter a oportunidade de viver as suas vidas com dignidade», realçou Annan ao considerar estar «convencido de que a globalização pode beneficiar a humanidade no seu conjunto».

«O Estado mais forte é aquele que escuta a sociedade civil e se explica de forma que leva a população a trabalhar com ele, por sua própria vontade», disse.

Durante os cinco dias do «Genebra 2000» foram realizados 170 debates, conferências e exposições sobre o desenvolvimento social, com especial destaque sobre a dívida externa dos países pobres, a luta contra a extrema pobreza em que vivem 1.200 milhões de seres humanos, a violência sobre as mulheres e o acesso de todos às novas tecnologias.

## ASSEGUADO SOCORRO RÁPIDO

**Garantir assistência médica de emergência a quem passa o período de férias em Portugal é a meta traçada para o Plano de Emergência Médica de Apoio à Sinistralidade, já em marcha.**

O plano – designado «Verão Emergência'2000» – foi apresentado, no dia 27, no Hospital Garcia de Orta, em Almada, pela ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, na presença de elementos do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) e demais entidades envolvidas.

O INEM preparou medidas em articulação com as Administrações Regionais de Saúde e hospitais com vista à assistência da saúde de emergência em sinistros.

Para a concretização do plano foram reforçados meios humanos e técnicos ao longo dos itinerários mais concorridos durante o período de férias.

Tendo em conta os itinerários IP5/IP3/A1/N1/IC2, foram colocados em cada um dos Hospitais Distritais de Aveiro, Viseu e Guarda e nos Hospitais da Universidade de Coimbra e Centro Hospitalar de Coimbra, uma Viatura Médica de Emergência e Reanimação (VMER) com equipa médica pronta a sair para os



acidentes com doentes graves nos referidos itinerários.

Para o IP1 e IC1 foram reforçados com ambulâncias os Postos de Emergência Médica (PEM) em Ourique, Grândola e Mimosas (esta dependente de Santiago do Cacém), para deslocação de equipas móveis de socorro no itinerário da respectiva área de intervenção.

Foi ainda colocada no Hospital Distrital de Setúbal uma VMER com equipa médica, fornecida pelo Hospital, pronta a sair para os acidentes com feridos graves no IP1, AE12 e AE Sul.

Para a circulação esperada na Estrada Nacional (EN) 125, foi reforçada, com mais uma ambulância devidamente equipada, os PEM de Lagos, Portimão, Albufeira, Faro e Loulé, de modo a «socorrer com maior eficácia» aos sinistros ocorridos nesta via, mediante a deslocação periódica das respectivas equipas ao longo do itinerário.

### Meios rodoviários e aéreos

No Algarve entrou igualmente em funcionamento o Centro de Orientação de Doentes Urgentes (CODU) de Faro, com triagem, coordenação e aconselhamento médico das chamadas no âmbito da emergência médica (doença súbita e sinistrados) feitas através do «112» das redes do Algarve.

O Hospital de Faro conta com uma VMER devidamente equipada com pessoal, fornecido pelo Hospital, pronta a sair sob a coordenação do CODU de Faro.

Nesta primeira fase, o plano conta com estes «dois instrumentos para uma

eficiente prestação de cuidados na área da emergência médica às populações», os quais estão a ser aproveitados para todas as situações de doença aguda.

O trabalho das VMER será «mais significativo» no interior do País, dada «a carência em recursos humanos», salienta o Ministério da Saúde.

Este plano de emergência conta ainda com o apoio de mais oito ambulâncias postas pelo Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM) à disposição das corporações de bombeiros e que irão «reforçar os meios já existentes».

Os meios aéreos também contribuirão para o funcionamento deste plano.

Resultado da colaboração com o Ministério da Administração Interna e com o Serviço Nacional de Bombeiros (SNB), foi assinado um protocolo com o INEM que resultou no reforço adicional aos dois helicópteros já em funcionamento.

Os dois helicópteros do SNB, colocados em Santa Comba Dão e em Loulé, vão permitir «uma maior eficiência em apoio de meios aéreos, em especial durante o período noturno», estando previsto também no protocolo uma colaboração em outras áreas da emergência médica, como é o caso do apoio aos recém-nascidos.

## NOVA TABELA DO IRS BENEFICIA ESCALÃO MAIS BAIXO E CLASSE MÉDIA

A nova tabela das taxas do Imposto sobre o Rendimento das pessoas Singulares (IRS), proposta pelo Governo já para 2001, beneficiará principalmente as famílias de mais baixos rendimentos e a classe média.

Estas taxas incidem sobre o rendimento colectável, que é o valor que fica quando se subtraem as deduções específicas (exemplo: contribuições para a segurança social) e os abatimentos (exemplo: pensões obrigatórias) à totalidade dos rendimentos auferidos num ano (rendimento bruto).

O imposto sobre o rendimento é progressivo e baseia-se em taxas marginais.

Para calcular a colecta, é necessário decompor o rendimento colectável em parcelas, aplicar a taxa do respectivo escalão e somar tudo.

Em alternativa, o contribuinte pode fazer o cálculo do imposto com base na taxa média.

O limite superior do primeiro escalão da tabela será aumentado em 9,58 por cento,

dos 730 contos constantes do Orçamento de Estado (OE) 2000 para 800 mil escudos em 2001. Além disso, a taxa normal aplicável a este escalão será reduzida em dois pontos percentuais, de 14 para 12 por cento, o mesmo acontecendo à taxa média.

Actualmente apenas caem neste escalão indivíduos com um salário bruto inferior a cerca de 90 contos, valor que passará para 95 contos em 2001.

O segundo escalão, para os rendimentos entre 730 e 1149 contos, que ainda estão sujeitos a uma taxa normal de 15 por cento (correspondendo a uma taxa média de 14,3647 por cento), passará a incluir os rendimentos entre 800 e 1210 contos a uma taxa normal de 14 por cento (correspondendo a uma taxa média de 12,6777 por cento).

Segundo a tabela ainda em vigor, encontravam-se neste escalão as pessoas que ganham entre cerca de 90 e cerca de 120 mil escudos brutos mensais. Na nova tabela, o intervalo passa a ser entre cerca de 95 e cerca de 125 mil escudos.

O terceiro escalão, para os rendimentos

entre 1149 e 2840 contos, sujeitos a uma taxa normal de 25 por cento (correspondendo a uma taxa média de 20,6972 por cento), passará a incluir os rendimentos entre 1210 e 3000 contos a uma taxa normal de 24 por cento (correspondendo a uma taxa média de 19,4333 por cento).

De acordo com a presente tabela, este escalão corresponderia a um ordenado bruto entre cerca de 120 e cerca de 240 contos.

Na proposta, o intervalo é entre cerca de 125 e cerca de 253 contos mensais.

O quarto escalão, para os rendimentos entre 2840 e 6581 contos, que ainda estão sujeitos a uma taxa normal de 35 por cento (correspondendo a uma taxa média de 28,8277 por cento), passará a incluir os rendimentos entre 3000 e 6900 contos a uma taxa normal de 34 por cento (correspondendo a uma taxa média de 27,667 por cento).

Pela tabela em vigor, enquadravam-se neste escalão ordenados brutos entre cerca de 240 e cerca de 522 mil escudos mensais. Pela nova tabela, o intervalo seria entre

cerca de 253 e 547 mil escudos.

E as taxas cairam um ponto percentual, a nominal, e 1,161 pontos percentuais, a média.

Na proposta que será debatida em Setembro, o Governo criou um quinto novo escalão antes do escalão de topo, para rendimentos entre 6900 e 10.000 contos, que serão sujeitos a uma taxa normal de 38 por cento (correspondendo a uma taxa média de 30,8700 por cento).

No sistema em vigor, os rendimentos neste intervalo estão no escalão máximo que começa nos 6581 contos.

A taxa normal é de 40 por cento, enquanto a taxa média é variável com o rendimento, não sendo nunca inferior a 27,667 por cento.

Grosso modo, serão incluídos no novo escalão os ordenados entre cerca de 547 e cerca de 792 contos brutos mensais.

Em 2001, o escalão máximo começa apenas nos 10 mil contos. A taxa normal manter-se-á nos 40 por cento, enquanto a taxa média será variável com o rendimento, não sendo nunca inferior a 30,8700 por cento.

## NOVO CONCEITO DE SOLIDARIEDADE

O primeiro-ministro, António Guterres garantiu, no dia 1, em Montalegre, que, com a beneficiação, nos últimos três anos, de 205 mil famílias portuguesas, o Rendimento Mínimo Garantido (RMG) introduziu um novo conceito de solidariedade.

O chefe do Governo aproveitou «o primeiro dia aliviado das tarefas como presidente da UE» para uma deslocação a terras do Barroso prometida à organização da Feira da Vitela dos Lameiros do Barroso, que decorreu durante o fim-de-semana, em Montalegre.

A visita, coincidiu com o dia em que port todo o País as 323 comissões locais de acompanhamento do RMG se encontravam em reuniões distritais para assinalar o terceiro ano de vigência desta medida de solidariedade.

Guterres presidiu, acompanhado pelo ministro da Solidariedade, Ferro Rodrigues, à cerimónia de encerramento da reunião distrital de Vila Real, que se realizou em Montalegre, congratulando-se com os resultados obtidos até ao momento.

O número de famílias abrangidas pelo RMG encontra-se agora reduzido a 150 mil, visto que cerca de 65 mil terem já deixado de necessitar deste apoio nos primeiros meses deste ano, de acordo com os dados revelados pelo primeiro-ministro.

António Guterres sublinhou o facto de a medida ter já assegurado 185 mil acções de inserção, enquanto o ministro da Solidariedade frisou que «os níveis de atribuição indevida do RMG se têm revelado muito baixos». «Muitos têm argumentado



que há fraudes e abusos. Com certeza que há, como há em todas as prestações sociais, pagamento de impostos ou de contribuições para a Segurança Social, mas se isso fosse razão para que não se tomassem medidas deste tipo viveríamos num caos», afirmou Guterres.

«A solução é ser rigoroso no combate a esses abusos e fraudes como o Governo tem feito em relação à Segurança Social e aos impostos», sustentou.

O chefe do Executivo socialista agradeceu o empenho das seis mil entidades que trabalham conjuntamente nesta medida nas comissões locais de acompanhamento e revelou que «esta ideia de solidariedade vai

ser alargada a outros níveis, nomeadamente ao apoio às crianças e jovens em risco».

### Cerco às fraudes

No mesmo dia, em Beja, o secretário de Estado adjunto do ministro da Solidariedade, Rui Cunha, defendia o RMG, considerando que, apesar de não acabar com a pobreza. Rui Cunha sustentou ainda que o Estado tem de apertar o controlo às fraudes, mas criticou aqueles que colocam críticas ao papel desempenhado pelo RMG.

«O Rendimento Mínimo Garantido não veio, como é lógico, acabar com a pobreza em Portugal, mas esta é hoje muito menor e

menos generalizada», congratulou-se Rui Cunha durante o encontro distrital de Beja que serviu para assinalar o 3º aniversário da generalização daquela medida.

As fraudes e os casos de beneficiários que recebem indevidamente aquela prestação existem e «a malha de controlo tem de ser apertada», reconheceu o governante, opinando contudo que a análise daquelas situações são por vezes exageradas.

«Continuamos a combater as fraudes mas a percentagem de processos indeferidos à partida significa que os serviços e as Comissões Locais de Acompanhamento (CLA) não se têm desleixado e que a triagem é feita com rigor», afirmou.

Por outro lado, criticando aqueles que «aos pobres nada desculpa e aos ricos tudo perdoam», Rui Cunha assegurou que os casos de fraude naquela medida são «menores e não tão graves» como outras prestações atribuídas noutros sectores.

«Esses que tanto clamam contra as fraudes do Rendimento Mínimo Garantido não os vejo clamar contra fraudes partidas de outros sectores e que, essas sim, representam milhões de contos e não meia dúzia de tostões», contrapôs.

O «mal menor» que representam alguns abusos na atribuição daquela medida têm mesmo assim de «continuar a ser combatidos», mas o secretário de Estado exigiu «mais cidadania» daqueles que são os primeiros a levantar a sua voz contra.

Rui Cunha considerou o Rendimento Mínimo como uma medida que, após três anos de existência generalizada (antes decorreram apenas experiências-piloto), «está de parabéns».

## ANULADOS PARECERES FAVORÁVEIS SOBRE ABANO

O Ministério do Ambiente anulou os pareceres favoráveis aos projectos imobiliários no Abano, no Parque Natural Sintra-Cascais, dados pela anterior Comissão Directiva do espaço.

Em comunicado divulgado segunda-feira, dia 26 de Junho, o gabinete do ministro do Ambiente e Ordenamento do Território, José Sócrates, afirma que as autorizações de construção foram precipitadas, com «desrespeito das orientações superiores» em quatro pontos fundamentais.

As violações ao plano de ordenamento do Parque resultam do limite de área de construção ter sido excedido, além de o projecto prever também uma estrada de acesso ligada à estrada nacional 247 que também não consta da autorização de localização.

O projecto global inclui a construção de um heliporto que também não estava autorizado. Nas moradias do aldeamento turístico



previsto, um dos cinco quartos não é contabilizado para o número de camas, resultando daqui uma violação do Regulamento Geral das Edificações Urbanas. Por estas razões, o ministério anula os pareceres favoráveis emitidos a 23 de Maio deste ano pela Comissão Directiva do Parque, que desrespeitam a autorização de localização dada ao projecto em 1996.

A decisão surge após o Movimento Cívico em Defesa do Parque Natural Sintra-Cascais ter entregue na semana passada à Assembleia da República uma petição com 15 mil assinaturas exigindo a reapreciação do projecto do Abano.

O ministro José Sócrates admitiu já que o projecto imobiliário e turístico do Abano, que inclui hotel, aldeamento turístico e campo de golfe, foi «um erro», mas afirmou que não havia muito a fazer, porque as licenças de construção tinham sido atribuídas ao abrigo do plano de ordenamento do parque, agora em fase de revisão.



## Cascais

### Alunos do básico recebem diplomas

A Câmara Municipal de Cascais está a distribuir diplomas por todos os alunos do 1º ciclo do ensino básico que concluíram o quarto ano de estudo nas escolas básicas do concelho, possibilitando que no futuro possam recordar o mérito alcançado durante os primeiros quatro anos de contacto com o ensino.



A entrega de diplomas começou no dia 21 de Junho, na Escola nº 3 de Alcoitão. Esta iniciativa abrange cerca de 1200 alunos que frequentam as 48 escolas do ensino oficial existente no concelho de Cascais, servindo igualmente de incentivo à continuação dos êxitos escolares alcançados até ao momento.

## Coimbra

### Fonoteca abre com memória musical

A Casa Municipal da Cultura de Coimbra inaugurou na passada terça-feira uma fonoteca que reúne um fundo discográfico com cerca de quatro mil títulos de variados géneros musicais, com destaque para a música de expressão portuguesa.



O acervo abrange as tradições nacionais, jazz, pop-rock, música erudita, canções e fonogramas infantis, novas linguagens musicais (body music, música minimal

repetitiva, música de computador), bandas sonoras de filmes e programas televisivos, e fonogramas não musicais, como poesia, discursos, proclamações, cómicos, entrevistas e efeitos sonoros.

A Fonoteca Municipal de Coimbra contém também dois fundos específicos: um fonográfico e documental sobre a Música da Resistência em Portugal, e outro sobre a Canção de Coimbra.

José Afonso, António Portugal, António Bernardino, Adriano Correia de Oliveira, Luís Gois, Paradel de Oliveira, Lucas Junot, Artur Paredes, Edmundo Bettencourt, Pinho Brojo, Rui Pato, José Mário Branco e Fausto são exemplos de intérpretes referenciados.

A Fonoteca dispõe de dispositivos técnicos para a gravação e recuperação dos títulos, normalmente apresentados em «suportes obsoletos», disse o director do departamento de cultura da autarquia.

Vasco Pereira da Costa lança um apelo aos municípios de Coimbra detentores de registos fonográficos antigos, em disco ou fita magnética, nas áreas da Música da Resistência e da Canção de Coimbra, para que os cedam, a título de empréstimo.

O objectivo, disse, é transpor o material para «registos mais fiáveis e duradouros», devolvendo-o de seguida ao seu proprietário.

Para criar um fundo local da Fonoteca, é necessário reunir e arquivar os fonogramas em suportes técnicos que permitam uma boa preservação e difusão simples, e aumentar o património existente, com o registo de «acontecimentos significativos para a memória de Coimbra».

Os utentes podem ouvir os fonogramas na Casa Municipal da Cultura ou requisitá-los, como acontece com os livros.

A Fonoteca organizará também audições comentadas, concertos, conferências, debates, e apresentação de trabalhos discográficos, bem como actividades complementares por ocasião do Festival Internacional de Música, Ciclo das Quartas (Jazz em Coimbra) e Festival José Afonso. Através de um acordo com o Conservatório de Música de Coimbra, a Fonoteca colocará à disposição de escolas e outras instituições programas pedagógicos adequados a diferentes faixas etárias.

Os instrumentos da orquestra sinfónica, breve história da música erudita de tradição ocidental, músicas do mundo, a música tradicional portuguesa e a Canção de Coimbra são algumas temáticas que poderão constar dos programas pedagógicos.

Orçado em 14.500 contos, o projecto insere-se na ideia de mediateca para a qual a Biblioteca Municipal tende a caminhar, aliando a fonoteca à Imagoteca – arquivo de fotografias (fotografias e filmes) sobre a cidade de Coimbra.

## Faro

### Idosos nas festas de S. João

O S. João juntou este ano em Faro idosos provenientes das freguesias rurais do

concelho e moradores de bairros sociais da cidade.

A iniciativa partiu do projecto PATIA da Câmara Municipal de Faro e mereceu desde o primeiro momento todo o apoio por parte da população idosa envolvida. No total foram mais de 600 pessoas que no passado dia 24 de Junho festejaram o S. João na Praça José Afonso.



O encontro foi animado pelas actuações do artista Vítor Silva, do rancho folclórico do CATI de Estoi, baile com o Duo Olhanense e da Marcha Popular de S. Pedro.

A organização preparou um lanche que foi oferecido aos presentes durante o convívio.

## Matosinhos

### Câmara adere ao projecto-piloto «Net Autarquias»

A Câmara de Matosinhos assinou na passada terça-feira um protocolo de adesão à fase-piloto do projecto «Net Autarquias», um pacote de produtos e serviços da PT Prime dirigido ao mercado autárquico.



Em comunicado, a Câmara de Matosinhos refere que este projecto «permite o acesso on-line pelos municípios às bases de dados residentes nos servidores da rede informática da autarquia».

«A entrada nesta câmara virtual é feita através do endereço [www.netautarquia.pt](http://www.netautarquia.pt). Após seleccionar a Câmara Municipal desejada,

basta seleccionar os serviços a que pretende dirigir-se, seguindo, na prática, o caminho que tomaria se estivesse mesmo na autarquia à procura de determinada informação», refere o comunicado.

Através deste servidor central, «qualquer município poderá consultar processos residentes nos sistemas de informação autárquico, podendo, por exemplo, acompanhar a evolução do processo de licenciamento de uma obra particular que lhe diga respeito», acrescenta a Câmara de Matosinhos.

Deste modo, frisa a autarquia, consegue-se «a democratização do acesso dos cidadãos à informação e serviços autárquicos, o incentivo à comunicação entre autarquias e os cidadãos, a rentabilização dos recursos humanos do município e a promoção da reorganização interna dos processos de funcionamento da Câmara».

## Santo Tirso

### Subsídios a clubes desportivos

Em reunião do Executivo, realizada no dia 15 de Junho, a Câmara Municipal de Santo Tirso deliberou atribuir ao CD Aves e ao FC Tirsense subsídios extraordinários pelas respectivas subidas de divisões.

O Executivo camarário deliberou ainda aprovar por unanimidade, à semelhança do que já tinha feito com o CD Aves, um voto de louvor ao FC Tirsense pela subida de divisões ao nacional de futebol.

## Sintra

### Aprovada iluminação para o IC 16 e o IC 19

A Câmara Municipal de Sintra aprovou por unanimidade, em reunião do Executivo, a assinatura de um protocolo de acordo com o Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária, no sentido de se concluir a iluminação dos Itinerários Complementares nº 16 e nº 19.



Deste modo, a autarquia vai solicitar à LTE a elaboração do projecto de iluminação e a execução do mesmo.

FAUL

Candidatura de Edite Estrela

## UNIDADE NO PARTIDO E DINAMISMO NA REGIÃO

«Candidato-me para unir o partido. Não porque o nosso partido esteja desunido, mas porque a FAUL – por ser a federação mais importante – tem responsabilidades acrescidas», afirmou no dia 28 de Junho a camarada Edite Estrela. Edite Estrela falava na sessão de apresentação da sua candidatura à FAUL, que decorreu no Hotel Tivoli, com a presença de centenas de militantes, dos quais é de destacar numerosos membros e ex-membros do Governo, dirigentes nacionais e distritais, deputados e autarcas. Na sessão que teve início com uma breve intervenção do camarada Jorge Coelho marcada por rasgados elogios a Edite Estrela, o clima de unidade e consenso em torno da candidatura da autarca de Sintra foi a nota dominante. Na sua intervenção, a camarada Edite Estrela afirmou que «na FAUL queremos que não se manifestem sinais públicos de que a federação está contra a orientação fundamental do partido, do grupo parlamentar, do Governo PS». Na FAUL, adiantou, «queremos que não se



manifestem sinais públicos de desarmonia, de luta sem quartel pelo poder interno, de desrespeito pela solidariedade dos socialistas».

«Mas, esta candidatura de consenso, esta candidatura que resulta do esforço e vontade de muitos não pode ser confundida com uma candidatura do aparelho, como um simples instrumento de

relacionamento, burocrático e subserviente, com a direcção do partido. Isso não seria a FAUL», observou.

### Preservar a unidade

«Estamos a dar um exemplo de como é importante preservar a unidade. De como é fundamental juntarmos os esforços de

todos numa causa comum. Mas também queremos dar exemplos de como é fundamental expressarmos os nossos pontos de vista, defender as nossas causas, potenciar a nossa região», disse. Por isso, acrescentou, «esta dupla missão do lema que escolhi para a minha candidatura: unidade no partido, dinamismo na região».

### O militante em primeiro lugar

Se for eleita, a camarada Edite Estrela prometeu empenhar-se «nas relações com o grupo parlamentar, com os autarcas da região, com as secções de acção sectorial, com os jovens, os sindicalistas e as mulheres».

Mas, frisou, «colocarei o militante em primeiro lugar».

Noutro registo, a camarada Edite Estrela sustentou que, a par da unidade interna, «temos de saber lutar pela nossa região».

«Temos de saber erguer uma trincheira de cumplicidades a favor da área metropolitana de Lisboa», acrescentou.

J. C. CASTELO BRANCO

CASTELO BRANCO

Federação solidária com Sócrates

O Secretariado da Federação Distrital do PS/Castelo Branco, num comunicado, incitou o Governo a avançar com o processo de co-incineração que, conforme leitura cuidada do relatório da Comissão Científica Independente, «é uma operação sobre a qual recai um amplo consenso científico quanto à sua segurança e adequação para o fim em questão, sendo actualmente utilizada nos países mais desenvolvidos do mundo». O PS/Castelo Branco manifesta ainda ao ministro José Sócrates «total apoio e solidariedade».

«Os portugueses reconhecem a postura empenhada, determinada e coerente do camarada José Sócrates na condução política das áreas em que tem sido responsável», refere o comunicado.

«Sou um homem de carácter. Valorizo acima de tudo a seriedade política. A palavra. Tenho muito medo dos que no discurso estão sempre a dizer que é preciso qualificar o PS e abri-lo à sociedade civil, mas na prática têm comportamentos que nada têm a ver com estes ideais», acrescentou. E, num aviso a eventuais interferências no processo autárquico, deixou claro que «quem escolhe os candidatos às câmaras, como disse o camarada Guterres, são as concelhias e mais ninguém».

### Mais ambição, abertura, seriedade e criatividade

Por seu turno, o camarada Francisco Assis, também candidato à liderança da Federação Distrital do Porto do Partido Socialista (PS), desafiou, no dia 1, em Gaia, Narciso Miranda a «assumir uma vontade de correr riscos em nome do Partido», candidatando-se a uma das câmaras da Área Metropolitana do Porto (AMP). Falando durante um jantar da sua candidatura, em que participaram mais de 350 militantes, Assis defendeu que «o líder do PS/Porto deve estar sempre disponível para travar, em nome do Partido, o combate mais difícil que se lhe coloque no horizonte».

«Se eu vencer, assumirei responsabilidades e estarei disponível para ser candidato à Câmara de Vila Nova de Gaia», disse.

O camarada Francisco apostou mesmo num discurso virado para fora da distrital, criticando o actual presidente da Câmara Municipal de Gaia, Luís Filipe Menezes.

«Não tenho medo de Luís Filipe Menezes. Tem um discurso incoerente e uma visão populista. O PS tem que passar à ofensiva, tem que derrubar e derrotar o actual presidente de Gaia», referiu.

Com esta sua candidatura, Francisco Assis defende um PS/Porto «mais ambicioso, mais aberto, sério e criativo» que deve «fazer um esforço complementar para perceber a sociedade».



OURÉM

III Rally Paper da JS

A Concelhia de Ourém da JS vai realizar no próximo sábado, dia 8, o seu III Rally Paper, com início às 14.30 horas, na sede do PS em Ourém.

Para o mesmo dia, mas à noite, a JS/Ourém promove a festa do militante 1000, que decorrerá na Discoteca-bar 22.

PORTO

Candidaturas à Concelhia

O camarada Narciso Miranda afirmou, no dia 30 de Junho, no Porto, que a sua candidatura à distrital do PS será para um último mandato e que depois abandona a liderança da estrutura.

Num jantar de apoio à sua candidatura com a presença de cerca de 300 militantes socialistas, incluindo os presidentes das 18 concelhias do distrito, o líder distrital garantiu, porém, que apesar de o seu mandato ser de apenas dois anos, o projecto que pretende implementar durará para além desse período temporal.

«Por isso, desiludam-se os que hoje tentam marcar posição para essa altura», sublinhou. Narciso manifestou-se «surpreendido com as intervenções dos que dizem que o PS/Porto é medíocre. Como é possível que alguém se coloque na varanda do seu 15º andar, olhando cá para baixo para os que trabalham, e depois diga isso?».



PERSPECTIVA

Guilherme d'Oliveira Martins



## SALTO QUALITATIVO NA EDUCAÇÃO

Quando falamos de educação temos de usar de especiais cautelas se pretendemos proceder à comparação de indicadores de qualidade, quer entre diferentes países e sistemas quer entre diferentes momentos para o mesmo país ou o mesmo sistema. Há poucos anos, entre nós, surgiram críticas fortes, que se revelaríamos infundadas, porque não estaríamos a participar num exercício internacional sobre indicadores de qualidade. O tempo veio a revelar não só que Portugal estava a participar na concepção e recolha de dados, mas também que a avaliação da qualidade constitui uma pedra angular da política educativa. Há dias, o tema voltou à ribalta. Disse-se sobre os 16 indicadores de qualidade escolhidos na sequência da solicitação do Conselho de Ministros da Educação da União Europeia e dos países do Centro e do Leste (Praga, 1998) à Comissão que neles estava patente o atraso português. Por equívoco, leu-se o exercício (ainda que os autores chamassem a atenção para esse risco) como se fosse um «ranking» elaborado de novo, expressamente para o efeito. No entanto, todos os elementos aí inseridos eram já há muito conhecidos, reportando-se ao início da segunda metade da década de 90. No entanto, o que estava em causa era a escolha de indicadores que pudessem ser úteis para a definição de metas no sentido da superação de atrasos e carências. Imediatamente antes do Conselho de Ministros do Luxemburgo (8/6/00) e esta semana em Bucareste tive, por

isso, oportunidade de afirmar que não poderia aceitar que o método fosse usado fora do contexto em que fora concebido. Contra essa tentação, há muito que os responsáveis da Educação da OCDE e da União Europeia vinham propondo um método dinâmico de análise, uma vez que não faz sentido comparar o que não é comparável ou preferir comparações estáticas e instantâneas em lugar da consideração dos progressos alcançados pelos diferentes países. Que sentido teria não considerar que um país como Portugal (ou como Itália e Espanha, que invocaram, no Luxemburgo, exemplos idênticos ao nosso) progride em dez anos (de modo inédito) cerca de 30 pontos percentuais nas taxas de escolarização nos ensinos básico e secundário - limitando-se a dizer quem está na cauda das listas, como se a distância em relação aos mais desenvolvidos fosse a de há uma década? E não se diga que se pretende usar de menos transparência. Não é aceitável que os sistemas educativos que registam sinais de regressão surjam - porque as aparências iludem - mais bem colocados do que aqueles que, como todos reconhecem, estão a fazer enormes progressos... Eis por que o Governo português tem defendido com veemência: a) que as comparações devem sempre ter em consideração os diferentes pontos de partida; b) que os indicadores devem ser fidedignos e os termos de comparação equiparáveis; e c) que os indicadores de qualidade e de boas práticas devem ser factores de incentivo ao progresso e não armas de arremesso ou repositórios de desgraças. Se é verdade que todos temos

de ser muito rigorosos quanto à qualidade e à procura de referenciais (recusando o nivelamento por baixo, que é sinónimo de exclusão e de ignorância), o certo é que não devemos cultivar o discurso de caos e de catástrofe, que, além de injusto, só contribui para alimentar o «proteccionismo da mediocridade».

O dilema democratização/qualidade deve, assim, ser respondido com respeito pela justiça e igualdade de oportunidades e pela exigência, sem tergiversações. O inconformismo não deve, pois, tomar o lugar da mediocridade conformada. E manda a verdade que se diga que é património comum da democracia portuguesa dos últimos 26 anos (património de todos e não só de alguns) o maior salto qualitativo alguma vez dado pela sociedade portuguesa no campo da educação e das qualificações das pessoas. Vejamos alguns exemplos: Em 1974 tínhamos 25 por cento de analfabetos, hoje baixámos para menos de 10 por cento; só nos últimos dez anos aumentámos as taxas reais de escolarização na educação pré-escolar em cerca de 25 por cento; do 2º ciclo de mais de 20 por cento; do 3º ciclo e do secundário de cerca de 35 por cento e do ensino superior de 15 por cento. Isto representa, desde 1990, apesar da quebra demográfica, a criação de 1133 jardins de infância e de 226 escolas básicas do 2º e do 3º ciclos e secundárias... E quanto a computadores, passámos de um para cada 50 alunos nas escolas de 2º, de 3º ciclos e secundário, em 1995, para um computador para 35 alunos em 1999... Registámos, pois, os crescimentos mais

acentuados dos países europeus - tendo chegado, pela primeira vez, a uma escolarização total dos jovens com 15 anos de idade. Por isso, alcançámos reduções significativas, reais e não aparentes, do abandono escolar. Este é o ponto em que estamos e são estes os indicadores objectivos de que dispomos. E se é verdade que em Portugal temos dois países - o dos maiores de 40 anos e o dos que estão abaixo desse limiar -, o certo é que continuamos a mudar rapidamente para melhor, o que exige esforços redobrados (desde a formação de professores ao prosseguimento da criação das escolas completas, passando pela estabilização do corpo docente das escolas). Eis por que, no seio da escola, como autêntico centro da vida educativa, a coesão e a autoridade democrática e uma cultura de direitos e deveres têm de ser cultivadas e prosseguidas. E percebe-se, afinal, porque é importante a comparação séria do comparável e o recurso ao método das boas práticas: só desse modo saberemos responder às expectativas que a sociedade põe na educação. Quando a União Europeia colocou a Educação e a Formação no centro das políticas sociais fê-lo em nome da mobilidade assente no reconhecimento mútuo e transparente da qualidade - a partir da diversidade da convergência, contra a harmonização. E assim se recusa a demagogia dos objectivos desligados da realidade. Porque educação sem referências exigentes e sem comparação séria torna-se uma contradição nos termos...

In «Expresso»

REFLEXÃO

Edite Estrela

## AS PALAVRAS E O PODER



A palavra é também o poder - afirma Nicole Péry que acaba de tornar público, sob o título «Mulher, escrevo o teu nome», um guia de ajuda à feminização das designações profissionais, títulos, patentes e funções. O objectivo é claro: a paridade também deve ser linguística. A tarefa é árdua, mas não impossível. Os 2200 termos femininos criados, numa língua que se habituou a prescindir das formas femininas e a resolver o problema antepondo-lhe o indispensável «madame», representam uma verdadeira revolução. Um grupo de linguistas do Instituto Nacional da Língua Francesa, dirigidos por Bernard Cerquiglini, trabalhou afanosa e obstinadamente para inventar uma nova língua, a da «paz das palavras» e não a da «guerra dos sexos», como bem observou Pierre Georges no jornal «Le Monde». Mas como o machismo linguístico é uma mani-

festação, mais uma, do conservadorismo e do machismo social, esperam-se a todo o momento os ataques contra-revolucionários: o recurso ao sarcasmo e aos «furores semânticos» para reprimir e intimidar os que ousam defender a «paridade» no desempenho de funções e respectivos nomes. Em França, a polémica em torno da criação de formas femininas para todas as funções e profissões já conta uns anos e está muito presente no discurso político. Às vezes ironicamente. Percebe-se porquê. No ano passado, durante um almoço oferecido pelo primeiro-ministro, no palácio nacional de Sintra, o Presidente Chirac, ainda que muito gentilmente, não resistiu à tentação de perguntar à ministra da Cultura, Catherine Trautman, se me deveria tratar por «madame le maire» ou «la maire». Uma provocaçãozinha óbvia, porque o exemplo servia na perfeição para provar que nem sempre é fácil a opção feminina. Neste caso,

«la maire» poder-se-ia confundir, pelas semelhanças fonéticas, com «la mère» e «la mer».

A segregação profissional revela-se nas designações sexistas. E a influência desses preconceitos é tal que conheço mulheres com brilhantes carreiras na magistratura que preferem ser «senhoras juízes», à francesa antiga, às portuguesmente correctas juizas, provavelmente convencidas de que o feminino lhes retira respeito e competência. Em Portugal, foi publicado, há talvez uma década, um Índice das Profissões no Masculino e Feminino, a provar que não deve haver profissões vedadas às mulheres, tal como não deve haver profissões exclusivas delas. Bombeiras e soldadas já há algumas. Árbitras e comandantas, se as há, devem ser raras. Mas, pouco a pouco, as coisas vão mudando. Antes do 25 de Abril, as mulheres nem sequer podiam ser presidentes de Câmara. Agora, há 12. É

pouco, é certo, mas em 1993, éramos só cinco.

E, para terminar, permitam-me que lhes apresente a jovem e proficiente maquinista Isabel Baptista. Conhecia-a num momento especial, para mim e para o concelho de Sintra, no passado dia 28 de Maio, data da inauguração da nova «porta da Estefânea», a nova entrada de Sintra. No mesmo dia em que a CP apresentou as novas carruagens de dois pisos, mais rápidas e confortáveis, encurtando o tempo de deslocação e proporcionando mais conforto a milhares de utentes da linha de Sintra. O tal «casamento perfeito» de que se tem falado resultante da boa articulação entre os diferentes meios de transporte.

Foi a ela, uma mulher, que em boa hora escolheram para conduzir o comboio que transportou o primeiro-ministro, nessa memorável viagem.

In «Expresso»

## PRESIDENCIAIS

Manuel Alegre

## PR É CHAVE E SEGURANÇA



**A**s oposições andam tão ocupadas consigo mesmas que se esquecem do seu papel essencial: construir alternativas para o país. O PCP vive um dilema difícil e talvez insolúvel: se não muda, define-se; se muda demais, desagrega-se.

O PSD parece mais empenhado em derrubar o seu líder do que em fazer oposição. E o seu presidente paga na mesma moeda, gastando quase toda a sua energia a combater a concorrência de dentro. Infelizmente também o PS não parece querer aproveitar esta benesse dos deuses. Era a hora de se repensar, a hora de um novo espírito de abertura e de reforma, em vez de uma irresistível tendência para a auto-satisfação. Falando uma linguagem futebolística, o Governo não precisa de acelerar, as oposições não passam do seu próprio meio-campo e às vezes perdem por falta de comparência. Criticam menos o Governo do que o Presidente da República. Dir-se-ia que estão resignadas a perder mais umas eleições legislativas e que só lhes interessa a eleição presidencial. Da parte da direita, entende-se. Por este andar não se vislumbra qualquer alternativa credível de Governo.

As atenções viram-se para a Presidência da República, velho trauma da direita, que nunca conseguiu ganhar, mesmo quando apresentou o seu melhor candidato, Freitas do Amaral.

É minha convicção que a direita vai tentar reunir-se à volta de um candidato, que não será Ferreira do Amaral nem Basílio Horta. Um e outro, aliás, têm falado menos deles próprios do que do candidato que provavelmente gostariam de ter. Ferreira do Amaral escreveu um longo artigo em que, à crítica a Jorge Sampaio, contrapõe a exaltação do general Rocha Vieira. Basílio Horta interveio no mesmo sentido na Assembleia da República.

Das duas uma: ou estes candidatos não se levam a sério ou estão a preparar o terreno para um outro candidato. Não creio que se trate apenas da expressão de uma orfandade. Não há candidatos órfãos de si mesmos, o que há é candidatos para outro candidato. PSD e PP gostariam de apoiar a candidatura do general Rocha Vieira. Não conheço as intenções do general, tenho por ele grande estima e consideração, constatei, quando em Abril do ano passado me desloquei a Macau, a grandeza da obra feita e a dignidade com que preparou a transição.

É natural que ele sinta, como já alguns escreveram, que, depois de Macau, só Belém.

Mas não sei se está disponível. Pressinto, isso sim, que ele é o candidato desejado, aquele que a direita gostaria de apoiar contra Jorge Sampaio, com o argumento de que é necessário um candidato forte para contrariar a excessiva concentração de poderes na mesma área política. Não sei se vai ser assim ou não, sei que é o que a direita desejava.

E por isso parece-me que a esquerda anda a brincar com coisas sérias. Parte do PS acha que só o Governo interessa. O PCP e o Bloco de Esquerda decidiram, por razões de concorrência e de auto-afirmação, apresentar candidatos próprios. Tudo isto num momento em que a direita procura fazer da eleição presidencial o seu traço de união e o seu principal ataque à esquerda. Que, por sinal, tem o melhor de todos os candidatos, aquele que todas as sondagens dão como largamente favorito e que é, como sempre foi, uma das referências da esquerda democrática portuguesa.

Por que carga de água então é que, quando a direita tenta unir-se à volta de um candidato que ainda não tem, a esquerda

se desune à margem do candidato natural que já tem? Será que está assim tão forte que possa dar-se ao luxo de apresentar vários candidatos, mesmo que a direita consiga unir-se e mobilizar-se, logo à primeira volta, em torno de um só?

Concordo com o que sempre disse Mário Soares: a Presidência é a chave e a válvula de segurança do regime. Sá Carneiro sabia que para destronar a esquerda precisava de ganhar as presidenciais. Só a obsessão sectária ou a cegueira governamentalista poderão levar a esquerda a subestimar esta questão. Perder o Governo não é perder o regime, perder a Presidência pode ser.

A direita sabe que para ela é essencial esse combate. A esquerda não deve continuar distraída e não pode brincar aos candidatos, tem um candidato natural, chama-se Jorge Sampaio e tem sabido ser, com isenção e escrupulo, não um Presidente de facção, mas o Presidente de todos os portugueses.

Nele se reconhecem muitos eleitores que não são de esquerda. Mas a obrigação de toda a esquerda é unir-se para, mais uma vez, derrotar a direita e reeleger o actual Presidente logo à primeira volta.

In «Expresso»

## CONFERÊNCIA

Mário Soares

## DIGNIDADE HUMANA



**P**articipei, no fim da semana passada, numa Conferência sobre a Dignidade Humana, realizada em Budapeste, a convite do Presidente da República, Arpad Goncz, organizada pela prestigiada Academia de Ciências da Hungria, pela Central European University, criada pelo financeiro e filantropo Georges Soros, e pela Faculdade de Direito da Universidade de Budapeste. Não foi, contudo, uma conferência meramente académica. A presença do Presidente Goncz, no fim do seu segundo mandato (de cinco anos cada, com um prestígio intacto e uma popularidade de 80%), bem como de outras figuras políticas proeminentes, húngaras e de outros países, nomeadamente do Leste europeu, conferiu-lhe uma tonalidade acentuadamente política, permitindo-me «tomar o pulso» a essa outra Europa democrática e pluralista que espera ansiosamente a entrada na União Europeia. Aliás, pelo extraordinário esforço realizado, bem merece que lhe abram as portas da adesão. Mas quando? Vistas as coisas com a perspectiva realista de dentro (de dentro da União, entenda-se) nunca antes de 2005. O que pode constituir uma espera demasiada...

A Hungria é um país especial no panorama já de si complexo do Leste europeu: com uma língua sem similitudes com a dos países vizinhos, uma população magiar bem diferenciada, uma cultura vincadamente própria e uma evidente nostalgia dos tempos

do império Austro-Húngaro...

Tinha visitado a Hungria, pela primeira vez, em 1989, num momento bem difícil da minha vida, quando o meu filho João se encontrava em Pretória, entre a vida e a morte, depois do desastre de avião na Jamba. Iniciava-se então o processo de transição do comunismo para a democracia. A Hungria que encontrei agora, 11 anos depois, parece um país completamente diferente. Uma grande capital europeia, limpa, bem cuidada, aberta em absoluto à liberdade e à tranquilidade, belíssima, com um turismo florescente e intenso. Mas que não esconde os problemas peculiares às transições para as democracias, em países pobres: um terço da população não ganhou nada com a mudança e vive abaixo do nível de que gozava na era comunista. Sobre tudo na época «liberalizante» de Janos Kadar. Curiosamente - e talvez por isso - assiste-se agora a um fenómeno inesperado: a reabilitação do comunista dissidente Kadar, que chegou ao poder depois do esmagamento da revolta de Imre Nagy, de 1956, o líder que pretendia um «comunismo de rosto humano», lembrou-se? - e procurou distanciar-se com negável habilidade da rigidez pró-soviética e a correlativa recuperação do ditador fascista, almirante Horthy, que morreu exilado em Portugal...

Que tem tudo isto a ver com a «dignidade humana», tema da Conferência de Budapeste? Tudo. Porque a dignidade humana não pode subsistir nem, muito

menos, desenvolver-se sem as liberdades básicas (liberdade política, liberdade religiosa, liberdade contra o medo e liberdade contra a miséria, na definição clássica do Presidente Franklin Roosevelt) nem sem a observância dos direitos humanos, garantidos por tribunais independentes.

No catálogo das grandes liberdades - todas seguramente, decisivas - importa talvez distinguir a liberdade contra o medo (medo em relação aos constrangimentos do presente e quanto às incertezas do futuro) e a liberdade contra a miséria (o direito a uma vida digna, alimentação, vestuário, casa, cuidados de saúde, acesso à escolaridade e à informação, justiça e protecção social). Como disse acima, na transformação democrática da Hungria um terço da população resultou perdedora. O Governo actual, é de direita, defensor de um rígido neoliberalismo e parece indiferente a tal situação. Noutros países de Leste - sem falar na Ucrânia e na Rússia, onde a situação é ainda pior - a percentagem dos perdedores é maior. Como convencer então dos benefícios da democracia política essas populações deixadas à margem do progresso? Eis um problema de difícil solução, no mundo globalizado e economicista em que vivemos, em que 2/3 da Humanidade - não o esqueçamos! - vive no limiar da pobreza mais absoluta. Como erradicar a pobreza? Esta é a questão porventura essencial do século XXI, que estamos a começar!

E, depois, há a dignidade humana. Ora a pobreza, a partir de certos limites, representa uma humilhação absoluta. A pobreza e o medo, que, em certas sociedades, continuam a surgir como realidades incontornáveis. Na Hungria, esse problema é agravado pela situação de marginalidade em que se encontram as minorias étnicas, principalmente a etnia cigana, Roma, como lhe chamam. É um problema que não é exclusivo da Hungria, é certo. Existe, com as formas mais diferentes em quase todos os países da União Europeia, cada um a braços com a sua própria migração e, sobretudo, com as mafias exploradoras que as movimentam ilegalmente. Turcos e curdos na Alemanha, árabes em França e em Espanha, chineses no Reino Unido, africanos em Portugal... E depois há os europeus, vindos dos países de Leste, como outrora os portugueses e os espanhóis iam para a França e a Alemanha. Mas com outra preparação profissional.

Como resolver um tão preocupante problema? Certamente com humanidade, inteligência - de acordo com os nossos valores humanistas - e não só através de medidas administrativas nem, muito menos, policiais. A União Europeia precisa da força de trabalho dos imigrantes que a buscam. Trata-se, portanto, de uma questão importante e de grande actualidade, também para Portugal, a que necessariamente voltarei.

In «Expresso»

ACTUALIDADE

José Medeiros Ferreira



## UM GOVERNO EM MOVIMENTO

**A** República Portuguesa terminou no passado dia 30 de Junho a sua segunda presidência da União Europeia. Fê-lo de modo a não dar argumentos aos que se opõem à rotação das presidências, nomeadamente quando não são as potências principais a exercê-las. E, se nos elogios generalizados ao Governo português há algo de paternalista, não deixa de ser real a boa qualidade do desempenho. António Barreto, impiedosamente, comparou esses elogios ao antigo comportamento nacional sobre os «pretinhos da Guiné» que já sabiam rezar. Não há nada melhor que sucessivas estadas nos países do directório para se compreender a profundidade da malícia europeia. Oxford é certamente um bom campo de observação.

Muito oportunamente, o Governo de António Guterres agendou para o último dia da presidência europeia o debate na Assembleia da República sobre o estado da Nação. Mas em vez de estacionar no passado próximo, o Governo entendeu, e bem, anunciar algumas medidas a tomar no próximo futuro. António Guterres pretendeu assim pôr este Governo em movimento.

Até porque estava já anunciado um debate sobre o exercício da presidência nacional a dia 6 de Julho. Então, sim, será a oportunidade para se compreender melhor a súbita esquizofrenia

do comportamento de alguns responsáveis europeus, intransigentes, nas miudezas da actual Conferência Intergovernamental, mas dados aos maiores devaneios românticos quando põem os olhos na linha azul do horizonte dos voges e logo dos dois lados... Mas ao elaborar o seu relatório sobre a CIG o Governo português não se abandonou a tais devaneios.

Não será possível grandes decisões nestes domínios nos tempos mais próximos. Embora seja necessário começar desde já a fazer os trabalhos de casa.

O Governo de António Guterres apresentou-se assim na Assembleia da República com uma agenda doméstica muito concreta e com medidas muito específicas que anunciam uma vontade clara de pôr em movimento a maioria alcançada nas últimas eleições.

Desde logo ao pretender retomar alguns tópicos da reforma fiscal várias vezes anunciada mas só agora em parte calendarizada para além das contingências da elaboração dos orçamentos. Como foi neste domínio que o Governo tropeçou na discussão parlamentar do seu programa, é deveras sintomático que pretenda de novo iniciar por aí a caminhada de algumas reformas, o que seria mais fácil caso tivesse obtido uma maioria absoluta, ou se viesse a estabelecer um acordo legislativo integrado na Assembleia da República com o parceiro que

garantissem maior coerência e sistemática entre a reforma fiscal e as medidas a aprovar na Segurança Social.

Contudo, a actual situação parlamentar não permite a segura aprovação de muitas medidas dentro da óptica da maioria socialista nem o estabelecimento de um acordo legislativo sistemático com um dos partidos da oposição. Deste modo, o Governo só se pode pôr em movimento por si próprio, através da acção meramente executiva.

Este é o grande desafio para o Executivo chefiado por António Guterres nesta nova fase da sua curta existência. Organizar e executar são aliás as tarefas governamentais que mais se coadunam com o encerramento da sessão legislativa no dia 6 de Julho, ou seja, três semanas depois do que está constitucionalmente previsto. Contrariamente ao que os populistas entendem, e os demagogos afirmam, o encerramento da sessão legislativa não é o equivalente às férias dos demais cidadãos, antes resulta das experiências históricas dos regimes democráticos, que aconselham um período de repouso parlamentar para os governos se dedicarem às tarefas executivas em exclusividade.

A interrupção dos trabalhos parlamentares por um período como o previsto nas constituições dos Estados dotados com regimes de democracia pluralista e representativa também

se destina a prevenir alguns excessos do chamado «governo de assembleia» que tende ao radicalismo.

Estes preceitos encontram-se em qualquer manual de direito constitucional comparado ou de ciência política. Por isso fiquei perplexo com o à-vontade de Durão Barroso (com obrigações universitárias nestas áreas) em equiparar o fim da sessão legislativa 1999-2000 com as férias dos deputados... Embora compreendendo as dificuldades com que se defronta, não esperava esse recurso ao populismo mais elementar por parte de alguém com as responsabilidades intelectuais e cívicas do presidente do PSD. Curiosamente, com Paulo Portas, o CDS-PP diminuiu os ataques ao Parlamento...

O Governo de António Guterres tem assim à sua mercê uma nova fase política que urge aproveitar. Por um lado, terminou a presidência da União Europeia, por outro lado, interrompeu-se os trabalhos da Assembleia da República. É imperioso aproveitar este novo impulso proporcionado à acção governativa para agir naqueles domínios mais executivos e mais organizativos da administração no campo das finanças, da segurança social, da saúde, da justiça, da defesa nacional. Até porque esta actual maioria do PS é não só responsável pelo seu próprio sucesso como ainda pela qualidade democrática da alternativa que gerar.

in «Diário de Notícias»

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Vital Moreira

## MELHOR PARLAMENTO, MELHOR DEMOCRACIA



**N**o conceito corrente não existe instituição política mais desacreditada do que a Assembleia da República (AR). Provavelmente a maioria das pessoas acham-na inútil e irrelevante. É por isso, por exemplo, que sempre que se discute a malfadada questão da redução do número de deputados há sempre quem pense que todos estão a mais.

Essa imagem negativa do parlamento é, desde logo, injusta, porque ela assenta em geral numa profunda ignorância sobre o seu real papel e a sua actividade efectiva. E é, sobretudo, perigosa, porque ela releva em grande parte da tradicional concepção antiparlamentarista vulgar, que imputa aos deputados o pior que ela vê na vida política e que nenhuma fórmula pode exprimir melhor do que o popularucho «andam todos ao mesmo».

Lamentavelmente é essa a imagem cultivada em muitos meios de comunicação, mesmo em órgãos com responsabilidade, que se comprazem em denunciar os aspectos menos positivos da realidade parlamentar, como a desertificação do plenário, o anedotário mais ou menos comprometedor, a exploração da polémica menos elevada. E quando a Assembleia toma iniciativas dignas de aplauso, o normal é o silêncio, como que para não estragar o retrato que o preconceito preserva. Desafortunadamente, a própria AR vai contribuindo para «ajudar a essa missa». A produção parlamentar é relativamente escassa,

a aplicação dos deputados não é generalizada, a assiduidade não é um valor muito cultivado, os debates são demasiadas vezes medíocres. Os deputados nem sequer têm velado preventivamente pelo seu bom-nome e reputação no que se refere às suas prerrogativas e imunidades, como se mostrou no desgraçado episódio das «viagens-fantasma».

Mas é justo reconhecer que a Assembleia e os partidos têm vindo a desenvolver, desde há algum tempo, uma reflexão séria sobre o estado de coisas existente, a qual acaba de culminar com o anúncio, pelos deputados do partido governamental, de importantes propostas de revisão da organização e do funcionamento parlamentar. Para além da «coragem» da iniciativa, que não deve passar sem registo, bastariam duas ou três das muitas alterações apresentadas para, só por si, justificarem a sua aprovação, como por exemplo, a restrição da faculdade de suspensão do mandato de deputados para a substituição por outrem, ou o regime mais exigente para a presença do primeiro-ministro e dos ministros na Assembleia. O prestígio e a relevância institucional da AR estão incindivelmente ligados a dois factores essenciais: primeiro, o estatuto e desempenho pessoal dos deputados e, depois, a visibilidade da Assembleia como pólo referencial do debate político e como lugar privilegiado de prestação de contas de todos as instituições do Estado. No que se refere ao estatuto dos deputados, nada pode ser mais nocivo do que a perma-

nência da actual situação, em que eles são eleitos em listas praticamente anónimas, de livre escolha dos aparelhos partidários, sendo depois mais ou menos livremente substituídos de acordo com as conveniências. Há que privilegiar a personalidade dos deputados, pôr fim à escandalosa candidatura de dezenas de presidentes de câmara que depois não vão exercer o seu mandato, em clara fraude à confiança dos seus eleitores, e eliminar a possibilidade de substituição que hoje prevalece.

Importa também implementar o novo preceito constitucional que garante a liberdade de exercício do mandato. Ressalvado o respeito do programa do partido por que são eleitos e do respectivo programa eleitoral, bem como as exigências da estabilidade governamental (votação de programa do Governo, moções de confiança e de censura, orçamento), os deputados devem poder livremente tomar posições individuais e votar de acordo com elas. Censurar um deputado por «dissidência» ou forçá-lo a ser substituído para não «furar» a unanimidade constitui uma infracção qualificada desse princípio.

No que respeita à promoção da centralidade política da AR, pouco se avançará, enquanto for possível que os governos e as oposições prefiram anunciar as suas grandes iniciativas políticas em sessões extraparlamentares adrede organizadas para as televisões. Por isso só podem saudar-se as propostas de tornar regulares e mais frequentes as presenças

obrigatórias do primeiro-ministro e dos seus ministros na AR, quer para debates gerais, quer para respostas às perguntas dos deputados, acabando-se com o ridículo regime das perguntas previamente apresentadas e o privilégio dos ministros de escolherem aquelas a que vão responder.

Mas pode e deve ir-se mais além. Por princípio, todos os poderes públicos devem dar conta da sua actividade à AR, quanto mais não seja mediante relatórios regulares e a possibilidade de comparecerem perante as comissões parlamentares competentes. Isso vale também para as novas «entidades públicas independentes», que devem ser independentes do Governo, mas não podem estar imunes da obrigação de darem conta da sua actividade perante a opinião pública. É uma exigência de um elementar princípio de responsabilidade dos poderes públicos. Noutro registo, é de ponderar também se não se justifica dar continuidade à iniciativa presidencial, inaugurada no ano passado, de se dirigir à AR a pretexto de inauguração de cada nova legislatura ou, mesmo, de cada nova sessão legislativa. O Presidente da República tem constitucionalmente o poder de se dirigir ao país sempre que o deseje. Por que há-de ter de fazê-lo directamente, por via da televisão, em vez de o poder fazer perante a assembleia representativa? Parece incontestável que todos tirariam proveito desse modelo de relacionamento, a começar pelo parlamento.

in «Público»



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

**Exposição em Albufeira**

O I Concurso de Águas Interiores começa, no dia 9, a partir das 7 horas da manhã, em local a definir pela organização – CPND Albufeira.

A mostra «Portugal aos Quadrinhos», de Orlanda Gamboa, encontra-se patente ao público, até ao dia 30, na Galeria de Arte Pintor Samora Barros.

A exposição poderá ser visitada diariamente – excepto domingos e feriados –, entre as 17 e 30 e as 23 horas.

**Música em Cascais**

O Festival de Música do Estoril começa amanhã, às 21 e 30, no Teatro Luís de Camões (Lisboa).

Com a designação «2000-Descobrir a Música do Brasil», o certame pretende assinalar igualmente o milénio da Hungria e homenagear o compositor Johann Sebastian Bach.

Assim, amanhã poderá ouvir a Orquestra Filarmónica Nacional da Hungria interpretar obras de Villa-Lobos, Ligeti e Jeney, sob a direcção de Zoltán Kocsis.

No domingo, dia 9, será a vez de apreciar a performance da Banda de Música da Força Aérea, pelas 18 e 30, no Auditório Parque Palmela, com um programa que inclui composições de Gomes, Orsomando, Pestana, Lavander, Vlák, Custer e Filmore.

Vai estar aberta ao público, até ao dia 17, no espaço Memória dos Exílios, no piso superior do edifício dos CTT do Estoril, a exposição sobre a vida e obra do almirante Gago Coutinho – «Raid Aéreo Lisboa-Rio de Janeiro, 1922-Tecnologia, Ciência e Perícia».

**Concerto em Coimbra**

Um dos mais destacados talentos da nova geração de violoncelistas mundiais, o russo Misha Maisky, actua sábado, dia 8, no âmbito do VIII Festival Internacional de Música.

No concerto, a decorrer no Teatro Académico de Gil Vicente (TAGV), o violoncelista e o pianista português Pedro Burmester interpretarão peças de Bach e de Shostakovich.

O festival inclui ainda uma «Master Classe de Piano», entre os dias 11 e 19.

A mostra Colectiva de Pintura das Cidades – Irmãs encontra-se patente ao público na Casa Municipal da Cultura.

**Encontros musicais em Guimarães**

Sob o lema «O Verão vale a pena... em Guimarães» a autarquia local apresenta, nos próximos meses, um programa de actividades culturais muito diversificado.

Hoje, às 22 horas, a Praça de São Tiago será palco dos Encontros Musicais da Tradição Europeia, com os espectáculos italiano, Tendachent, e búlgaro, Ivo Papisov.

Amanhã, no mesmo horário e local, será a vez da apresentação francesa (Ulysse) e

espanhola (L'Ham de Foc). «Segue-me À Capela» é o nome do show português incluído neste evento. Na quarta-feira, dia 12, será a vez de Luna Pena subir ao palco da Praça de Santiago e animar o serão *caliente*.

**Cinema em Lisboa**

Está a decorrer, no Instituto Português da Juventude, no Parque Expo, a retrospectiva do XI Festival Internacional de Cinema.

Com início marcado para as 18 e 30, as exhibições desta semana contemplam os filmes «Capitán Pantoja», do peruano Francisco Lombardi (hoje); «A week in the life of a man», do polaco Jerzy Stuh (amanhã); «Return of the idiot», do checo Sasa Gedeon (dia 8); «All my loved ones», do eslovaco Matej Minac (dia 10); «Orator», de Yusup Razykov – Uzbequistão (dia 11); e «Molokai», do belga Paul Cox (dia 12).

Na quarta-feira, pelas 21 e 30, a Orquestra Barroca Capela Real estará no Pequeno Auditório do Centro Cultural de Belém para recriar um programa inteiramente preenchido com obras do século XVIII: o «Concerto para cravo», de Carlos Seixas, o «Concerto para forte piano», de compositor anónimo, o «Adágio para violino e orquestra», de Mozart e o «Duplo concerto para fortepiano e cravo», de Carl P. Emmanuelle Bach.

**Folclore na Lousã**

Amanhã poderá ver o filme «O Gladiador» nas salas de cinema cidade.

No sábado, dia 9, assista ao XII Festival de Folclore do Rancho Folclórico Etnográfico de Vilarinho, a decorrer na sede desta colectividade cultural.

Até ao dia 16 poderá visitar a mostra do pintor J. Eliseu (filho) – «25 anos de pintura», na Sala de Exposições Temporárias do Museu Municipal.

**Desporto em Montemor-o-Velho**

Amanhã e no sábado assista ao Torneio de Basquetebol Feminino, a realizar-se no Pavilhão Municipal.

O programa de animação do Castelo reserva para o próximo dia 8 a actuação, pelas 17 horas, do Grupo de Danças e Cantares da Escola Secundária de Montemor.

BAILADO

**ROMEU E JULIETA**

de Tchaikovsky

Ballet Clássico de Madrid

10 de Julho, 22h30

Castelo de Monsaraz  
Reguengos de Monsaraz

Uma hora depois será altura de ouvir o Rancho das Cantarinhas da Filarmónica de Instrução e Recreio da Abrunheira.

**Sons em Paredes de Coura**

Os «Sons da História» farão eco, amanhã, a partir das 22 horas, no Templo Romântico de Rubiães, com a presença do duo Galvão e Vítor Lima (música medieval e renascentista-cancioneiros).

Vá ao cinema ver, no domingo (15 e 22 horas), a exibição do filme de Stephen Frears – «Alta Fidelidade».

**Arte em Portimão**

A Casa Teixeira Gomes alberga, até ao dia 15, a mostra «Splendores Etruscos», vinda de Itália e pela primeira vez no nosso país.

**Moda no Porto**

Crianças e idosos que frequentam o SAOM – Serviços Assistência Organizações de Maria – participam, hoje, num desfile de moda que se realiza na Casa D. Hugo – Fundação Isabel Guerra Junqueiro.

Os «manequins» irão vestir modelos concebidos e confeccionados para o efeito por alunos do 1º ano do Curso de Design de Moda da Escola Artística e Profissional Arvore. A orquestra Willem Breuker Kollektief abre, este sábado, dia 8, o novo ciclo de concertos do Festival Jazz, no Parque da Fundação de Serralves.

**Espectáculos em Povoação**

A XII Semana do Chicharro começa no dia 8 com uma palestra intitulada «Ribeira Quente e o Futuro».

Nesse sábado, assista às actuações dos Classic Rage e dos Quinta do Bill.

A tarde desportiva e os desportos náuticos esperarão por si, este domingo, enquanto para segunda-feira fica reservado o Festival Folclórico (21 horas) e o espectáculo da Orquestra Ligeira da Povoação acompanhada pelo Grupo Coral Infantil (22 e 30).

A terça-feira, dia 11 será marcada por um show de cantigas ao desafio, a começar pelas 21 horas.

**Dança em Reguengos de Monsaraz**

Esta quarta-feira, dia 12, não perca o concerto de guitarra clássica de Joaquim D'Azem, na Igreja de Santiago, pelas 21 horas. O agrupamento Danças Ocultas actua, no mesmo dia, no Castelo, a partir das 22 e 30.

**Expo em Valença**

A VII Feira de Amostras – Expo Valença'2000 arranca no dia 12, prolongando-se até ao dia 16.

SUGESTÃO

**Diana Krall**

A cantora de jazz Diana Krall, que goza em Portugal de assinalável êxito, actua, no dia 11, no auditório do Parque Palmela (Cascais), num concerto integrado no Estoril Jazz'2000.

Diana Krall (voz e piano) é acompanhada por Ben Wolfe (contrabaixo), Dan Faehnle (guitarra) e Shannon Powell (bateria).

Canadiana, Krall estudou piano clássico aos quatro anos e no liceu formou a sua primeira banda de jazz.

Vencedora de uma bolsa de estudo num Festival de Jazz em Vancouver, a cantora desenvolveu e aprofundou os seus conhecimentos de improvisação no Berklee College Of Music.

O contrabaixista Ray Brown, primeiro, e Jimmy Rowles, depois, encaminharam a carreira de Diana Krall para o estrelato. Krall estreou-se ao vivo em Portugal em 1996, no Centro Cultural de Belém, no primeiro «Women In Jazz».

No nosso país tem editado os discos «All For You» (1996), de homenagem a Nat King Cole, «Love Scenes» (1997) e «When I Look In Your Eyes» (1999).

A cantora de jazz em ainda gravada uma versão de «And I Love Her», dos Beatles, na colectânea «(I Got No Kick Against) Modern Jazz – A GRP Artists' Celebration Of The Songs Of The Beatles», de 1995. Os bilhetes, ao preço de quatro mil escudos (bancada) e cinco mil escudos (plateia), ainda estão à venda.

**POEMA DA SEMANA**

Seleção de Carlos Carranca

**Ontem**

*Ontem  
foi um dia  
que sadicamente  
mataram  
agora  
é uma atracção  
para os turistas  
que querem ver  
o que já não existe  
e eu  
sozinho  
na multidão  
perco-me  
a perguntar  
se sabem  
para onde foi  
o dia de ontem  
que passou*

Miguel Barbosa  
In «O Jardim do Espírito»



## A REFORMA DO IRS

O Governo entregou na Assembleia da República uma proposta de lei que o autoriza a proceder à reforma da tributação do Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) e a adoptar medidas de combate à evasão e à fraude fiscais.

É o primeiro passo do aprofundamento da reforma fiscal com a qual o primeiro-ministro se comprometeu no recente debate de Estado da Nação.

A Reforma Fiscal, tão reclamada e já agora tão prometida não é, obviamente, algo que resulte, automaticamente, da aprovação de um diploma ou de um conjunto de diplomas. Se assim fosse, o problema estava resolvido até porque a legislação agora proposta só não será aprovada se a oposição o desejar. Só que a Reforma Fiscal é algo de mais complexo e permanente.

Em bom rigor poderá, aliás, dizer-se que a Reforma Fiscal se iniciou em 1988 com a aprovação do Código de IRS (o 1º passo para que se cumprisse o imperativo constitucional para a criação de um imposto único sobre o rendimento), e foi continuada nos anos subsequentes (e especialmente, durante o mandato do ex-ministro das Finanças – Prof. Sousa Franco) com a aprovação de legislação diversa e, nomeadamente, a aprovação da Lei Geral Tributária que reforça significativamente os direitos dos contribuintes.

Do que se trata portanto agora é de continuar o esforço de aprofundamento da Reforma Fiscal e, nomeadamente, dar concretização ao Pacto de *Justiça Fiscal*, compromisso que o actual governo estabeleceu com a opinião pública.

Pacto de *Justiça Fiscal* que se orientou num bem definido objectivo: *diminuir ou anular a iniquidade e a injustiça fiscais que constituem,*

*ainda infelizmente, os traços dominantes do «contrato social» estabelecido com o contribuinte português.*

A iniquidade e a injustiça fiscais são, desde logo, evidentes quando se analisa a estrutura da receita fiscal sobre o rendimento das pessoas singulares. Com efeito, mais de 75 por cento dessa receita tem origem nos trabalhadores por conta de outrem.

Por outro lado, o valor das receitas fiscais provenientes do rendimento das Pessoas Colectivas e especialmente a sua estrutura, evidenciam que uma boa parte das empresas portuguesas nada paga e as poucas que pagam têm uma ligação mais ou menos evidente com o Estado.

Particularmente chocante é o volume da tributação sobre as empresas do sector financeiro que atinge valores perfeitamente caricatos, sobretudo, pela utilização, fora do seu espírito, do regime de benefícios fiscais e o aproveitamento «eficaz» das vantagens decorrentes da zona *off-shore* da Madeira. O sucesso do Pacto de *Justiça Fiscal* passa, pois, pela alteração deste estado de coisas. Foi o que o Governo começou a fazer com a apresentação da legislação fiscal sobre o IRS. São 3 os traços fundamentais do modelo proposto.

O 1º tem a ver com o desagravamento da carga fiscal para os trabalhadores por conta de outrem.

Este objectivo será atingido, quer pela alteração dos limites de escalões e das taxas aplicáveis quer pela valorização das deduções das despesas com a saúde e a educação.

Em termos globais a aplicação das medidas propostas permitirá *devolver* ao rendimento das famílias cerca de 90 milhões de contos por ano (a custos actuais).

O 2º traço tem a ver com a tributação «global» do rendimento e, nomeadamente, com a alteração de regras dos benefícios fiscais (onde se incluem as medidas moderadoras para o *off-shore* da Madeira).

Este 2º objectivo vai permitir a aproximação à tributação *justa e global* de todo o rendimento pessoal e assenta, nomeadamente, nas novas regras do englobamento e na alteração (por supressão) de categorias para o IRS.

O 3º traço fundamental orienta-se para a luta contra a evasão e fraude fiscais utilizando nomeadamente o mecanismo da flexibilização do sigilo bancário (em condições especiais que já tratei neste espaço) e pela assumpção dos métodos indirectos de tributação cujo uso é, absolutamente, indispensável no estágio actual de desenvolvimento do nosso sistema fiscal.

São, pois, muito importantes e de saudar as iniciativas agora tomadas que se orientam no sentido do cumprimento do compromisso fiscal e, sobretudo, se justificam pela melhoria da qualidade do nosso sistema fiscal.

Só que este é apenas o 1º passo, sendo indispensável que a este, outros se sigam, nomeadamente, no que diz respeito à modernização do sistema de tributação sobre as pessoas colectivas e sobre o património e a riqueza, não só imobiliária mas, também, especulativa.

Avançar nestes domínios é um imperativo social que em nada põe em causa os direitos dos cidadãos (cujo dever de contributo fiscal é inquestionável) perfeitamente compatível com o reforço permanente das garantias do cidadão enquanto contribuinte, da qual não pode excluir-se o «direito ao controlo» sobre a eficácia da despesa pública.

«O PSD parece mais empenhado em derrubar o seu líder do que em fazer oposição»

**Manuel Alegre**  
Expresso, 1 de Julho

«Concordo com o que sempre disse Mário Soares: a Presidência é a chave e a válvula de segurança do regime»

**Idem, ibidem**

«As oposições andam tão ocupadas consigo mesmas que se esquecem do seu papel essencial: construir alternativas para o País»

**Idem, ibidem**

«Os preços da construção são os mesmos de outros países europeus, à volta de 60 contos por metro quadrado. O que leva a preços extremamente caros é, em grande parte, uma enorme especulação sobre os preços dos terrenos»

**Leonor Coutinho**  
Amarante, 30 de Junho

«A pobreza, a partir de certos limites, representa uma humilhação absoluta»

**Mário Soares**  
Expresso, 1 de Julho

«A dignidade humana não pode subsistir sem as liberdades básicas»

**Idem, ibidem**

### Ficha Técnica

**Ação Socialista**  
Órgão Oficial do Partido Socialista  
Propriedade do Partido Socialista  
Director  
**Fernando de Sousa**  
Redacção  
**J.C. Castelo Branco**  
**Mary Rodrigues**  
Colaboração  
**Rui Perdigão**  
Secretariado  
**Sandra Anjos**  
Paginação electrónica  
**Francisco Sandoval**  
Edição electrónica  
**Joaquim Soares**  
**José Raimundo**

**Redacção**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Administração e Expedição**  
Avenida das Descobertas 17  
Restelo  
1400 Lisboa  
Telefone 3021243 Fax 3021240  
**Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido**  
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X  
**Impressão** Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo  
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz



Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Por favor remeter este cupão para:  
Portugal Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Por favor remeter este cupão para:  
Acção Socialista - Avenida das Descobertas 17 - Restelo - 1400 Lisboa

Nome \_\_\_\_\_

Morada \_\_\_\_\_

Localidade \_\_\_\_\_

Código Postal \_\_\_\_\_

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.